



**UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE CURSO DE
TURISMO
ÊNFASE EM EMPREENDEDORISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

LUCILENE MISAE OLIVEIRA OSHIRO

**“CEUZINHO”: DIRETRIZES PARA O USO TURÍSTICO NA APA DO
CEROULA, MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/MS**

CAMPO GRANDEMS

2018

LUCILENE MISAE OLIVEIRA OSHIRO

**“CEUZINHO”: DIRETRIZES PARA O USO TURÍSTICO NA APA DO
CEROULA, MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/MS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em formato de Monografia ao curso de Turismo com Ênfase em Empreendedorismo e Políticas Públicas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande, como parte das exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Turismo.

Orientadora: Prof^a. M^a Alaide Brum de Mattos

CAMPO GRANDEMS

2018

LUCILENE MISAE OLIVEIRA OSHIRO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO MONOGRAFIA

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
CURSO DE TURISMO – ÊNFASE EM EMPREENDEDORISMO E POLÍTICAS
PÚBLICAS**

**“CEUZINHO”: DIRETRIZES PARA O USO TURÍSTICO NA APA DO
CEROULA, MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/MS**

APROVADO EM: 16/11/2018.

Orientadora: Prof.^a M^a. Alaíde Brum de Mattos
UEMS

Prof. Me. Rodrigo Hakira Minohara
UEMS

M^a. Flávia Neri de Moura
IMASUL

FICHA CATALOGRÁFICA

Oshiro, Lucilene Misae Oliveira.

“CEUZINHO”: DIRETRIZES PARA O USO TURÍSTICO NA APA DO CEROULA, MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/MS.

Lucilene Misae Oliveira Oshiro. Campo Grande: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2018.

Monografia – Bacharel – Curso de Turismo com Ênfase em Empreendedorismo e Políticas Públicas - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2018. 97 p.

Orientadora: Prof.^a M^a. Alaíde Brum de Mattos

1. Turismo. 2. Potencial. 3. Área de Proteção Ambiental. 4. Campo Grande - MS

É concedida à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, permissão para reproduzir cópias deste trabalho de TCC somente para propósitos acadêmicos e científicos.

Lucilene Misae Oliveira Oshiro

DEDICATÓRIA

Dedico a presente
monografia a meu pai
Luiz (*in memoriam*)
e aos meus sobrinhos

AGRADECIMENTOS

A Deus, quem me concedeu forças para vencer cada desafio.

À minha família, pelos ensinamentos e pelo apoio.

Aos colegas e amigos que me incentivaram durante esta jornada.

A todos professores que doaram conhecimento, tempo e muita dedicação à profissão.

À minha orientadora Prof.^a M^a. Alaíde Brum de Mattos pela dedicação dispensada durante a elaboração deste trabalho.

Agradeço aos professores: Me. Rodrigo Hakira Minohara, M^a. Pollianna Thomé e M^a. Flávia Néri Moura, pela inestimável contribuição.

Minha gratidão aos membros do Conselho Gestor da APA do Ceroula e, equipe da Planurb, que me acolheram e prontamente atenderam às minhas solicitações.

Agradeço à equipe da Sector, Nilde Brun, Laura Miranda e Juliane Salvadori, por todo o suporte oferecido, e especialmente à Leoneida Ferreira, que gentilmente forneceu-me precioso material que trouxe robustez a esta pesquisa.

Não poderia deixar de agradecer à Kely, que atenciosamente atendia-me na Biblioteca da UEMS.

Reforço meus agradecimentos ao Cristevan Veloso que forneceu informações importantes a respeito da área de estudo.

Não caberia em tão poucas linhas tantos nomes que colaboraram para a construção deste trabalho. Minha sincera gratidão a todos.

Vossos filhos não são vossos filhos

“Vossos filhos não são vossos filhos

São os filhos e as filhas da ânsia da vida por si mesma.

Vêm através de vós, mas não de vós.

E embora vivam convosco, não vos pertencem.

*Podeis outorgar-lhes vosso amor, mas não vossos
pensamentos,*

Porque eles têm seus próprios pensamentos.

Podeis abrigar seus corpos, mas não suas almas;

Pois suas almas moram na mansão do amanhã,

Que vós não podeis visitar nem mesmo em sonho.

*Podeis esforçar-vos por ser como eles, mas não procureis
fazê-los como vós,*

*Porque a vida não anda para trás e não se demora com os
dias passados.*

*Vós sois os arcos dos quais vossos filhos são
arremessados como flechas vivas.*

*O arqueiro mira o alvo na senda do infinito e vos
estica com toda a sua força*

*Para que suas flechas se projetem, rápidas e para
longe.*

*Que vosso encurvamento na mão do arqueiro
seja vossa alegria:*

*Pois assim como ele ama a flecha que voa, ama
também o arco que permanece estável. ”*

Khalil Gibran.

RESUMO

Tendo em vista a preocupação global com o desenvolvimento de medidas sustentáveis e o crescente número de pessoas que buscam atividades em ambientes naturais que causem o mínimo de impactos ambientais, esta pesquisa tem o objetivo de analisar as atividades turísticas desenvolvidas no “Ceuzinho”, que pertence à Área de Proteção Ambiental do Ceroula, situada no município de Campo Grande - MS. A metodologia utilizada foi de cunho qualitativo, com análise de fontes primárias e secundárias, baseada na exploração e coleta de informações, além da participação em reuniões do Conselho Gestor da APA do Ceroula, contato com representantes de Órgãos Públicos, e visitas *in loco* durante os anos de 2017 e 2018 para coleta de dados e material iconográfico. Diante do levantamento de dados coletados, pôde-se perceber que há diversas atividades turísticas sendo desenvolvidas na área de estudo, porém em desacordo com as diretrizes de sustentabilidade. Desta forma, para conservar os recursos naturais e a rica biodiversidade local, serão apresentadas diretrizes para que esta área seja explorada de forma sustentável, causando o mínimo de impactos ambientais negativos.

Palavras-chave: sustentabilidade; ambiente natural; turismo.

ABSTRACT

Owing the global concern about the development of sustainable measures and the growing number of people seeking activities in natural areas, that cause lowest environmental impacts, this research aims to analyse the tourist activities developed in the “Ceuzinho”, belonging the Ceroula Environmental Protection Area (APA), located in Campo Grande City, Mato Grosso do Sul State. The qualitative research method, with analysis of primary and secondary sources, based on the exploration and information collection, in addition to participating in Management Council of Ceroula’s APA, contact with government representatives, and one-site visits over the years 2017 and 2018, for data and iconographic material gathering. Forward the collected data, it was possible to realize that there are several tourist activities being developed in the studied area, however at odds with the sustainability guidelines. Therefore, to conserve the natural resources and the rich local biodiversity, will be introduced recommendations for sustainable exploration to decrease the negative environmental impacts in this area.

Keywords: *sustainability; environment; tourism.*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Instâncias de Governança	26
Figura 2: Mapa do Brasil - Mato Grosso do Sul	35
Figura 3: Mato Grosso do Sul - Regiões Turísticas	36
Figura 4: Campo Grande/MS - Áreas de Proteção Ambiental	38
Figura 5: Campo Grande/MS - APA do Ceroula	39
Figura 6: APA do Ceroula - Formação Geológica	40
Figura 7: Aspectos Geológicos da Região do Ceroula	42
Figura 8: Microbacia da Região do Ceroula	43
Figura 9: APA do Ceroula - Vegetação	44
Figura 10: "Ceuzinho" - via de acesso utilizada usualmente	47
Figura 11: "Ceuzinho" - principal via de acesso pela MS 080	47
Figura 12: Acesso ao "Ceuzinho" pelo Conjunto Residencial José Abrão	48
Figura 13: via de acesso ao "Ceuzinho" pelo Conjunto Residencial José Abrão	49
Figura 14: estrada de acesso ao "Ceuzinho" à esquerda	50
Figura 15: Placa informativa da Energisa na APA do Ceroula	51
Figura 16: Placa Informativa da Energisa na APA do Ceroula (II)	51
Figura 17: Resíduos; vestígios de fogo; velas e despachos religiosos	52
Figura 18: Ruínas da antiga "Pontezinha"	53
Figura 19: Cachoeira próxima à "Pontezinha"	53
Figura 20: Cachoeira do "Ceuzinho" em período chuvoso	54
Figura 21: Corredeiras ao longo do Córrego Ceroula	55
Figura 22: Cachoeira do Terceiro Salto	55
Figura 23: Nascentes no entorno do Córrego Ceroula	56
Figura 24: Vestígio de corredores de águas no período de estiagem	56
Figura 25: Encontro dos Córregos que passam pelo "Ceuzinho" (esquerda) e "Inferninho" (direita)	57
Figura 26: Sítio Histórico da Usina do Ceroula	60
Figura 27: Sítio Histórico da Usina do Ceroula (II)	61
Figura 28: "Ceuzinho" - Método usualmente utilizado na demarcação de trilhas	63
Figura 29: Exposição de raízes e compactação do solo	64
Figura 30: Travessia para a Usina do Ceroula	64

Figura 31: Placas indicando trilha de motocross	65
Figura 32: Impacto ambiental - descarte irregular de resíduos	66
Figura 33: Impacto ambiental no “Ceuzinho” - corte irregular de madeira	67
Figura 34: Usina do Ceroula - equipamentos e vandalismo	68
Figura 35: Córrego Ceroula - focos de assoreamento	68
Figura 36: Mapeamento de locais para Observação de Aves	71
Figura 37: Campo Grande/MS - Roteiro para observação de aves	72
Figura 38: Análise Swot	74

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Análise de impactos positivos e negativos	84
---	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABAV	Associação Brasileira de Agências de Viagens
ABETA	Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura
ABIH	Associação Brasileira da Indústria de Hotéis
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
Abrasel	Associação Brasileira de Bares e Restaurantes
APA	Área de Proteção Ambiental
ATRATUR	Associação de Atrativos Turísticos de Bonito e Região
CEUC	Cadastro Estadual de Unidades de Conservação
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
Conama	Conselho Nacional do Meio Ambiente
Detran	Departamento Estadual de Trânsito
Fecomercio	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul.
FUNDTUR	Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade
IDS	Indicadores de Desenvolvimento Sustentável
IMASUL	Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
Inmetro	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
ISO	<i>International Organization for Standardizations</i>
MTur	Ministério do Turismo
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMT	Organização Mundial de Turismo
PLANURB	Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano
PMT	Plano Municipal de Turismo de Campo Grande (2017 – 2027)
PNQT	Política Nacional de Qualificação no Turismo
PNT	Plano Nacional de Turismo
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECTUR	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

SEDESC	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo, de Ciência e Tecnologia e Agronegócio
SEMAGRO	Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem
SET/MS	Sistema Estadual de Turismo
SGS	Sistema de Gestão de Segurança
SINGTUR	Sindicato dos Guias de Turismo
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
TTCR	<i>The Travel & Tourism Competitiveness Report</i>
UC	Unidades de Conservação
UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
WTM	<i>World Travel Market</i>
WTTC	<i>World Travel & Tourism Council</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
1.1 O Turismo	18
1.2 Turismo de Natureza	19
1.2.1. Ecoturismo	20
1.2.2. Turismo de Aventura	22
1.3 Turismo Sustentável.....	23
1.4 Instâncias de governança para desenvolvimento do turismo em MS	25
1.5 Unidades de Conservação	28
1.6 Área de Proteção Ambiental (APA)	29
1.7 O Conselho Gestor da APA do Ceroula.....	31
1.8 Procedimentos Metodológicos.....	32
2 CARACTERIZAÇÃO GERAL DA APA DO CEROULA.....	35
2.1 Caracterização geral da área	36
2.2 Localização da APA do Ceroula	37
2.3 Relevo	39
2.4 Solo	41
2.5 Hidrografia.....	42
2.6 APA do Ceroula - Clima, Flora e Fauna	43
3 A ÁREA DO “CEUZINHO”: POTENCIALIDADES TURÍSTICAS	46
3.1 Localização	46
3.2 Histórico da Usina do Ceroula.....	58
3.3 Os impactos causados na área do “Ceuzinho”	62
3.4 Recomendações para uso turístico	69
3.5 Análise SWOT	73
4 DIRETRIZES PARA O USO TURÍSTICO DO ATRATIVO “CEUZINHO”	75
4.1 Inventário da oferta turística APA do Ceroula: a ser realizado pelos órgãos gestores de turismo municipal e estadual.....	75
4.2 Planejamento e Organização	76
4.3 Plano de Manejo	77
4.4 Análise dos impactos	80
4.5 Monitoramento, controle e avaliação periódica.....	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS.....	90
ANEXOS	95

INTRODUÇÃO

O Turismo é uma atividade econômica significativa para a maioria dos países, pois gera grande impacto econômico, criando empregos, impulsionando as exportações e suscitando prosperidade em todo o mundo. No Brasil, o turismo impacta mais de cinquenta segmentos da economia, proporcionando emprego e renda para cerca de sete milhões de brasileiros. (Plano Nacional de Turismo, 2018-2022, p.50)

Diante da multidisciplinaridade que envolve a cadeia turística e seus segmentos que atendem aos diversos tipos de públicos, o turismo tem ocupado posição de destaque, chamando a atenção de instâncias de governanças em escala mundial. Não é diferente no Estado de Mato Grosso do Sul - MS, onde a pujança de belezas naturais e a diversidade de fauna e flora surpreendem e atraem visitantes de todo o planeta.

Campo Grande, a capital do MS, é a cidade mais estruturada do estado, além de ser detentora de grande patrimônio natural e diversidade de vida silvestre que convivem em área urbana de forma espontânea. Em áreas naturais, muito próximas do perímetro urbano, a natureza revela-se ainda mais deslumbrante, e tem sido frequentada por turistas e moradores locais que buscam momentos de conexão, além de saúde física e mental. Este comportamento vem ocorrendo desde a Revolução Industrial, quando as cidades deram origem a grandes centros urbanos, levando as pessoas a buscarem áreas naturais.

A rotina diária e estressante dos grandes centros urbanos tem despertado a busca pelo contato com a natureza em todo o mundo. Segundo Panosso Netto e Ansarah, (2009): “Em busca de evasão do seu local de residência, lazer e relaxamento, as pessoas procuram lugares tranquilos, com qualidades cênicas e gastronômicas, autenticidade, identidade paisagística e cultural, almejando bem-estar e realização dos desejos de seus imaginários. ” Continua o autor: “Essa valorização é subjetiva e depende da educação e gostos adquiridos, podendo ser de contemplação da paisagem ou visualização do local ou pelo uso de técnicas. ” (PANOSSO NETTO; ANSARAH, 2009, p. 48)

Com o objetivo de salvaguardar áreas importantes, que merecem proteção ambiental, o município de Campo Grande instituiu três APAs - Áreas de Proteção

Ambiental, entre elas a APA da Bacia do Ceroula, patrimônio natural de vultosa beleza cênica.

A região conhecida como “Ceuzinho” está localizada na APA do Ceroula e abriga inúmeras cachoeiras, sendo que uma delas dá o seu nome ao lugar. O local ainda resguarda parte da História do Município de Campo Grande, pois no local foi construída a primeira Usina Hidrelétrica da capital.

Diante do potencial turístico existente na localidade e o grande número de pessoas que se deslocam para essa área em busca de turismo, lazer e recreação, e considerando a escassez de informações a respeito da região, esta pesquisa visa analisar o potencial turístico, bem como discutir as políticas públicas voltadas para a conservação do atrativo turístico ambiental conhecido como “Ceuzinho”.

Logo, diante do desenvolvimento de atividades turísticas em uma Área de Proteção Ambiental, que não possui um Plano de Manejo, torna-se necessário analisar como estas atividades estão sendo conduzidas e responder o seguinte questionamento: quais as diretrizes para o desenvolvimento sustentável de atividades turísticas no atrativo “Ceuzinho”, localizado na APA do Ceroula, dentro do perímetro do município de Campo Grande/MS?

O objetivo geral desta pesquisa foi estabelecer diretrizes para o desenvolvimento de atividades turísticas sustentáveis no “Ceuzinho”, localizado na APA do Ceroula com vistas a: identificar as atividades turísticas que estão sendo desenvolvidas; compreender os impactos causados pelo desenvolvimento de atividades turísticas na área de estudo e ações do Poder Público neste contexto; e propor alternativas sustentáveis, buscando amenizar os impactos ambientais.

Levando-se em consideração a beleza cênica e a diversidade de recursos naturais existentes na APA do Ceroula, este estudo pretende analisar a potencialidade para o “Ceuzinho” tornar-se um atrativo turístico e, a possibilidade do desenvolvimento de atividades voltadas para o Turismo de Natureza, como forma a induzir o fluxo turístico, além de ser uma opção de lazer e recreação.

O atrativo pode ser denominado como o elemento que desencadeia o processo turístico, ou seja qualquer ativo, recurso, elemento territorial, patrimonial, infraestrutura ou qualquer outro tipo, apresentado em sua forma natural, com maior ou menor grau de tangibilidade, que aparece em um determinado território, convenientemente tratado e agrupado a uma série de elementos, sendo capaz de colocar-se a serviço da satisfação turística. ” (VALLS, 2006, p.27)

No município de Campo Grande/MS, pode-se observar que a quantidade de grupos que buscam a prática de atividades em ambientes naturais vem aumentando gradativamente e a exploração destas áreas já ocorre há algum tempo, mesmo sem o devido planejamento. Desta forma, tanto o ecoturismo quanto o turismo de aventura atendem às necessidades de fuga das rotinas diárias do mundo urbano. E, quanto mais a experiência turística for diferenciada da rotina diária, maior é o grau de fuga e a realização das pessoas (SWARBROOKE, 2003, p. 59).

Levando-se em consideração que o Plano Municipal de Turismo de Campo Grande, lançado no ano de 2017 (PMT, 2017, p. 27), tem como eixo norteador a sustentabilidade e tem entre seus segmentos prioritários o Ecológico, haja vista o grande potencial turístico da região, em função de suas belezas naturais e vasto patrimônio histórico-cultural, busca-se alternativas sustentáveis para o desenvolvimento de atividades turísticas no “Ceuzinho”, localizado na APA do Ceroula, com o objetivo de fomentar a economia local e divulgar a região em nível nacional e regional.

Haja vista que o Turismo é multidisciplinar, ou seja, dialoga com diversas ciências, como por exemplo, Geografia, História, Biologia, Engenharia, Psicologia, Administração, entre tantas outras áreas, esta pesquisa visa atingir diversos tipos de público que tenham interesse no tema proposto, bem como pesquisas transversais que envolvam a área em estudo, além do público que tem interesse por atividades em ambientes naturais, mais especificamente em uma Área de Proteção Ambiental (APA).

Considerando a demanda deste local para realização de atividades de lazer, recreação e turismo, além de não haver muitas pesquisas envolvendo esta área, este estudo tem como meta incentivar o desenvolvimento de atividades sustentáveis, respeitando as fragilidades do local e causando o mínimo de impactos ambientais, além de despertar o interesse em novas investigações com esta temática.

Em sua parte introdutória, que se encontra no primeiro capítulo de estudo, preocupou-se em expor as diretrizes que nortearão esta pesquisa. A fundamentação teórica e os procedimentos metodológicos que orientaram este estudo podem ser encontrados no capítulo segundo. No transcorrer do terceiro capítulo considerou-se a preocupação em informar o leitor a respeito da localização da APA do Ceroula. O quarto capítulo objetivou abordar informações específicas sobre o “Ceuzinho” e seu contexto ambiental e, por fim, no capítulo cinco foram apresentadas sugestões e diretrizes que podem ser implementadas no local de estudo.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Até o ano de 2018, o “Ceuzinho” não dispõe Plano de Manejo e a exploração deste local ocorre de forma desordenada, sem nenhum planejamento, monitoramento ou controle. Portanto, neste capítulo serão apresentadas temáticas pertinentes ao desenvolvimento de atividades de acordo com os princípios da sustentabilidade, visando a conservação dos recursos naturais, o fomento da economia local e a educação ambiental

1.1 O Turismo

De acordo com a Lei 11.771, de 17 de setembro de 2008, principal marco legal do turismo brasileiro, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, o turismo compreende as atividades realizadas durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras atividades, gerando movimentação econômica, trabalho, emprego, renda e receitas públicas, constituindo-se assim instrumento de desenvolvimento econômico e social, promoção, diversidade cultural e preservação da biodiversidade. Neste contexto, o poder público atuará, mediante apoio técnico, logístico e financeiro, na consolidação do turismo como importante fator de desenvolvimento sustentável, de distribuição de renda, de geração de emprego e da conservação do patrimônio natural, cultural e turístico brasileiro.

O Turismo é considerado como responsável por uma grande fatia da economia mundial, pois mesmo em meio a desafios econômicos e políticos, movimentou US\$ 7,6 trilhões em 2017, representando 10,4 % do PIB global, ou seja, de toda a riqueza gerada na economia mundial, conforme dados da *World Travel & Tourism Council* (WTTC, 2018). Além disso, o setor de turismo é responsável por 313 milhões de empregos, ou seja, 9,9% do total de empregos no ano de 2017, significando que de cada dez empregos na economia global, um estava ligado à cadeia turística.

O último relatório do Fórum Econômico Mundial (WEF), intitulado *The Travel & Tourism Competitiveness Report* (TTCR), realizado em 2017, colocou o Brasil na 27ª colocação num ranking de 136 países analisados, em 10 anos, avançou 32 posições.

Segundo este relatório, o Brasil é considerado o “número um” do planeta no quesito diversidade de recursos naturais, além de se destacar como 8º classificado no item de recursos culturais. (PNT, 2018, p. 42).

O Turismo apresenta opções diversificadas que atendem a vários tipos de públicos e motivações. Em meio à variedade de produtos turísticos à disposição e os diversos tipos de pessoas interessadas por estes produtos, o agrupamento do Turismo por segmentos é uma estratégia de marketing e uma forma de organizar as pessoas de acordo com suas preferências, necessidades, comportamento, e grupos homogêneos (ANSARAH, 2005, p. 286).

Desta forma, perante este cenário de oportunidades e levando em consideração as características do local de estudo, a principal abordagem desta pesquisa foi focada no segmento do Turismo de Natureza e seus desdobramentos

1.2 Turismo de Natureza

A partir de 1972, com a Primeira Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente Humano e Desenvolvimento em Estocolmo, na Suécia houve o início de um novo período marcado pela inclusão da proteção ao meio ambiente como instrumento educacional diante dos percalços ocasionados pela industrialização e pelo desenvolvimento (MENDONÇA, 2005, p. 156).

O termo desenvolvimento sustentável surgiu em 1980 e foi consagrado em 1987 pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Comissão Brundtland, que produziu o Relatório Brundtland, publicado em português com o título “Nosso futuro comum”, contendo princípios básicos e abordando o desenvolvimento sustentável como um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, os investimentos, o desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam para atender às necessidades do presente sem comprometer a fruição de gerações futuras (apud RUSCHMANN, 2012, p. 72).

O Relatório Brundtland obteve rápida e ampla repercussão internacional. Os princípios do desenvolvimento sustentável serviram de base para a Agenda 21, documento aprovado por mais de 180 países durante a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992.

Durante a Eco 92, evento que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, mais de 170 países firmaram um compromisso que deram origem à Agenda 21, contendo mais de 2.500 recomendações práticas, com o objetivo de alcançar um novo padrão de desenvolvimento, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica, com base no princípio da sustentabilidade (PLANURB, 2004).

De acordo com Beni (2008, p. 127), a sustentabilidade pode ser entendida como o princípio estruturador de um processo de desenvolvimento centrado na equidade social, eficiência econômica, diversidade cultural, proteção e conservação do meio ambiente. Portanto, devem ser adotados programas que busquem o desenvolvimento sustentável do produto turístico regional, buscando a eficiência, inovação, qualidade e competitividade.

1.2.1. Ecoturismo

Posteriormente, o turismo na natureza foi subsegmentado, surgindo o turismo ecológico ou ecoturismo, que se tornou mais adequado aos ideais de sustentabilidade buscados pelos ambientalistas. Ele pode ser definido como “visitas a ambientes naturais para desfrutar e apreciar a natureza”, além de promover a conservação, desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais e causar o mínimo de impactos. As atividades são desenvolvidas em ambientes naturais íntegros, com manifestações culturais autênticas, acompanhados de responsabilidade ambiental e sustentabilidade (PIRES, 2005, p. 484).

Em relação aos segmentos voltados para a sustentabilidade surgiu o Ecoturismo, onde o prefixo “Eco” é derivado da palavra grega *oikos*, que significa lar ou habitat. Desta forma, o Ecoturismo é desenvolvido em áreas naturais e está relacionado a uma filosofia de vida que tem como principal objetivo a sustentabilidade. Segundo Wearing e Neil (2000, p. 10), a ênfase inicial do Ecoturismo recaiu sobre um turismo que cause o mínimo de impacto sobre os ecossistemas naturais.

Beni (2008, p. 33 e 34) afirma que Ecoturismo é “o deslocamento de pessoas para espaços naturais, com ou sem equipamentos receptivos, motivadas pelo desejo/necessidade de fruição da natureza, observação passiva da flora, da fauna, da paisagem e dos aspectos cênicos do entorno. ”

Analisando o conceito de Neiman (2010, p. 35), pode-se afirmar que os ecoturistas buscam experiências distintas das cotidianas e rotineiras, portanto, optam

por viajar em grupos menores, para que o serviço, em vez de padronizado, seja especializado, personalizado e de qualidade; exigem atividades ao ar livre, em contato com a natureza; aceitam e se satisfazem com condições adversas às que vivenciam em suas residências; prezam pela segurança, sem ater-se ao luxo, buscam o descanso e experiências, provando tradições, costumes, festas, danças, comida local, hospedagem em moradias típicas, prezando pela hospitalidade e por diferenciais como a interpretação e educação ambiental, focados na experiência do visitante e integração com o meio ambiente, tornando vivência completa e proveitosa.

O Ecoturismo é um segmento que tem conquistado um número crescente de adeptos, pois, além de promover a consciência ambiental, desperta para o uso do meio ambiente para fins turísticos de forma sustentável. Na visão de Mendonça *et al* (2005, p. 3) “o ecoturismo representa hoje, mais que uma opção técnica de exploração turística dos recursos naturais. Em alguns casos, passou a ser um estilo de vida, e não apenas uma boa forma de fonte econômica. ”

O ecoturismo está na linha de frente do turismo sustentável, beneficiando-se da matriz ambientalista, servindo de catalisador para as ações e práticas sustentáveis, ampliando-as e proporcionando a experiência do contato direto com a natureza e sua dimensão ecológica e buscando reduzir ao máximo os efeitos negativos no ambiente natural e cultural. (PIRES, 2005, p. 484)

Com base em algumas considerações levantadas por Cooper *et al* (2002, p. 41), as pessoas que buscam ambientes naturais conservados para práticas de Ecoturismo, uma vez que são adeptos ao consumo responsável e sustentável, prezando por produtos e mão de obra local, além de apresentarem grau elevado de instrução e renda.

Portanto, o ecoturismo corresponde a um turismo de baixo impacto, que gerencia os recursos naturais e só admite a quantidade de visitantes que o meio possa suportar, visto que a conservação das áreas naturais e o manejo dos recursos renováveis são essenciais para o seu planejamento, desenvolvimento e gerenciamento. Esta postura resulta em diversos benefícios, entre eles a consciência ambiental, o fomento da economia local, emprego e renda, estimula a conservação ambiental, integra a comunidade local, valoriza o patrimônio natural, cultural e histórico; entre tantos outros.

1.2.2. Turismo de Aventura

Diante das práticas de atividades em ambientes naturais, surgiram outros segmentos derivados do Turismo de Natureza, dentre eles, o Turismo de Aventura, apresentando divergência com relação à sua conceituação, devido às semelhanças apresentadas em relação ao Ecoturismo.

Para RAMOS (2005), o Turismo de Aventura advém do Ecoturismo e são próximos quanto à conservação de áreas selvagens, de paisagens naturais relevantes e biodiversidade onde se desenvolve. A diferença pode ser estabelecida quando analisados o enfoque, o contexto da atividade, e a motivação. Quanto menos intensidade de esforço dispensada e educativa, aproxima-se do ecoturismo. Quanto mais risco envolvido, aproxima-se da aventura (RAMOS, 2005, p. 469).

A essência da aventura envolve experiências e descobertas com incerteza de resultados, e sensações que elevem o nível de adrenalina, com a experiência de realizar uma atividade organizada. Nesta modalidade, o visitante não necessita aprender técnicas ou ter conhecimento local para a prática, nem possuir equipamentos, pois os prestadores de serviços cuidam de tudo, basta o investimento financeiro para viver a experiência (OLIVEIRA, 2005, p. 204).

De acordo com Swarbrooke (2003, p. 39), “a aventura ocorre quando os participantes voluntariamente se colocam em uma posição que acreditam estar dando um passo rumo ao desconhecido, onde enfrentarão desafios e poderão descobrir ou adquirir algo valioso a partir dessa experiência”, além de envolver adrenalina, rusticidade, desafio, risco, exploração, emoção, resultados incertos. São atividades desenvolvidas, geralmente em ambientes naturais, devido aos recursos oferecidos e à diversidade de fenômenos naturais e desafios.

Segundo Neiman (2010, p. 54), “vários tipos de atividades estão relacionados à prática do turismo de aventura: *rafting*, rapel, *mountain bike*, *trekking*, arvorismo, entre outros. Portanto, para sua execução, é necessária uma série de cuidados para com seus praticantes, tais como capacitação pessoal dos operadores, estabelecimento e cumprimento de padrões, já que a atividade é altamente especializada e, deve prever uma operacionalização embasada em segurança e qualidade da prestação de serviços. ”

Com base nas conceituações de Swarbrooke, podem ser estabelecidas algumas diferenças entre Ecoturismo e Turismo de Aventura, ressaltando que tais

diferenças são tênues e dependem da motivação para a realização da atividade. No Turismo de Aventura predomina a incerteza, a atividade física, preparação mental e física, esforço, superação de limites, habilidade e adaptação. O Ecoturismo preza pela experiência, pela autoaprendizagem e realização, pesquisa, contemplação e interpretação da natureza, lazer e recreação, educação ambiental, integração cultural, vivência com a comunidade local, preocupação com a consciência ambiental e sustentabilidade. Segundo Swarbrooke (2003, p. 47), o Ecoturismo e o Turismo de Aventura não têm o mesmo significado, porque o ecoturismo envolve vias confortáveis ou razoavelmente conhecidas para observar a natureza, mas pode transformar-se em aventura se envolver ambientes ou situações inéditas.

1.3 Turismo Sustentável

O turismo sustentável é a base para a proteção do atrativo, pois utiliza a preservação do meio ambiente, através da integração de órgãos públicos e privados. Tais atitudes resultam em ampliação do ciclo de vida do destino e equipamentos, promovendo longanimidade ao local e maior lucratividade dos empreendimentos (RUSCHMANN, 2012, p. 111).

A sustentabilidade turística de um meio depende do respeito ao ambiente natural; da harmonia entre a cultura e os espaços sociais da comunidade receptora, sem agredi-la ou transformá-la; distribuição equitativa dos benefícios da atividade entre a comunidade receptora, os visitantes e os empresários do setor; turista e visitante mais responsáveis e atenciosos (RUSCHMANN, 2012, p. 74).

Esta preocupação com o meio ambiente levou a Prefeitura Municipal de Campo Grande, por meio da Agência Municipal de Planejamento Urbano e de Meio Ambiente (PLANURB), em parceria com o Fundo Nacional de Meio Ambiente, a lançar em 24 de junho de 2004, a Agenda 21: “Campo Grande Nosso Lugar” (Convênio MMA/FNMA n. 2002CVF000020) em consonância com a Agenda 21 nacional, um importante instrumento democrático de gestão construído com a participação da sociedade civil, representantes de instituições de ensino, entidades, diversos órgãos e representantes da iniciativa privada, visando melhorar a qualidade de vida da população, sem comprometer as gerações futuras, tornando os municípios localidades mais humanas e saudáveis.

A partir de setembro de 2015 ela deu lugar à nova Agenda universal, a Agenda 2030 com os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), sendo composta por princípios, 17 objetivos e 169 metas integradas, além de um conjunto de indicadores, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável no planeta, nas dimensões econômica, social e ambiental (ONU, 2015).

A Agenda para o Desenvolvimento Sustentável tem como objetivos: proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e a perda de biodiversidade, além de elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gerem empregos e promovam a cultura e os produtos locais; desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos e disseminar o turismo sustentável.

A Assembleia Geral das Nações Unidas declarou 2017 como o Ano Internacional do Turismo Sustentável e atividades foram realizadas em todo o mundo para discutir a importância da promoção da sustentabilidade no turismo e de se realizar uma transformação que contribua para o alcance de um futuro melhor, visto que os impactos ambientais atingem significativamente os destinos turísticos, desta forma, as políticas públicas de turismo devem estar comprometidas, buscando sensibilizar todos os envolvidos na cadeia turística.

O desenvolvimento do turismo sustentável gera vários impactos positivos, a exemplo, a conservação dos recursos naturais, culturais e históricos; redução das desigualdades sociais, desenvolvimento das economias regionais; a inclusão social; geração de empregos e equidade da distribuição de renda.

O Plano Nacional de Turismo (2018, p. 16), que está em vigor no período de 2018-2022, pode ser definido como o instrumento que estabelece as diretrizes e as estratégias para a implementação do Desenvolvimento do Turismo Nacional, tendo como principais diretrizes a modernização e desburocratização; ampliação dos investimentos e o acesso ao crédito; estímulo à competitividade e inovação; o fortalecimento, a gestão descentralizada e a regionalização do turismo; além da qualificação profissional e dos serviços, que de acordo com a Política Nacional de Qualificação no Turismo (PNQT) tem como objetivo aumentar a qualidade dos serviços ofertados e aumentar a competitividade dos destinos turísticos, contribuindo para a fidelização do turista, a geração de emprego e renda, o desenvolvimento do país e o bem-estar social. (MTUR, 2018).

O PNT (2018, p. 58) está alinhado à Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030, e uma de suas diretrizes é a promoção perene e transversal da sustentabilidade no turismo, respeitando todos os seus aspectos. Para tanto, é necessário incentivar e apoiar o planejamento turístico em seus diferentes âmbitos, aperfeiçoar o ambiente legal e normativo do setor, ampliar e aprimorar os estudos e as pesquisas, promover o monitoramento sistemático da atividade turística fortalecer e aprofundar o modelo de gestão descentralizada por meio de instâncias de governança.

1.4 Instâncias de governança para desenvolvimento do turismo em MS

A partir de 2004, com o Programa de Regionalização do Turismo, o Ministério do Turismo (MTur) implantou o Mapa do Turismo Brasileiro, organizando regiões turísticas com instâncias de governança descentralizadas e, esta sistemática foi consolidada pela Lei nº 11.771/2008, que determina que a Política Nacional de Turismo obedeça aos princípios constitucionais da livre iniciativa, da descentralização, da regionalização e do desenvolvimento econômico-social justo e sustentável, estimulando a atuação de Conselhos federais, estaduais e fóruns de turismo, além de permitir a cooperação entre os municípios. (PNT; 2018, p. 66)

Este modelo de gestão integrada e descentralizada do turismo implementado, conforme imagem que segue, foi fundamental para o avanço da atividade turística em diferentes cidades, estados e regiões, assim como para o fortalecimento da governança no âmbito local e para a proliferação de iniciativas inovadoras que contribuíram para o aumento da competitividade do turismo no país.

Figura 1: Instâncias de Governança

Nacional	Ministério do Turismo	Conselho Nacional	Comitê Executivo
Estadual	Órgão Oficial de Turismo da UF	Conselho / Fórum Estadual	Interlocutor Estadual
Regional	Instância de Governança Regional		Interlocutor Regional
Municipal	Órgão Oficial de Turismo do Município	Conselho / Fórum Municipal	Interlocutor Municipal

Fonte: Mtur, 2004

Neste contexto, para adequar-se aos padrões estabelecidos pelo Mtur, no mês de setembro de 2018, foi aprovado por unanimidade o projeto de lei que regulamenta o Sistema Estadual de Turismo (SET/MS) enquanto estrutura organizada a ser implementada e regulamentada; as Políticas Públicas Estaduais para o Turismo e o Plano Estadual de Turismo, cujo objetivo é regulamentar o turismo sul-mato-grossense em consonância com as políticas públicas federais e, às demandas e o planejamento da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul, contemplando ações, medidas e objetivos que visam a continuidade do desenvolvimento do turismo no Estado e das políticas públicas instituídas (FUNDTUR, 2018).

O Sistema Estadual de Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul (SET- MS) é composto pela Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul (Fundtur), instâncias de governança regional e municípios constantes no Mapa do Turismo Estadual; Conselhos Municipais e o Conselho Estadual de Turismo, como espaço democrático, organizado e institucionalizado, que contribua para a promoção e aproveitamento dos investimentos em turismo de Mato Grosso do Sul, além de estimular e coordenar a integração entre os setores públicos e privado e, o terceiro setor ligados às atividades turísticas, promovendo estudos, discussões técnicas e ações visando a melhoria da qualidade dos serviços do turismo. O Conselho Estadual de Turismo (CET) foi criado em 2016 pelo Decreto Lei 14.595. Para atender às recomendações da lei nº

5.224/2018, referentes à Lei Estadual do Turismo, em Mato Grosso do Sul, em 23 de agosto de 2018, houve a posse da diretoria do Conselho Estadual de Turismo (CET) com mandato de dois anos. Fazem parte deste Conselho dezenove entidades ligadas ao turismo de Mato Grosso do Sul: Associação Brasileira de Agências de Viagens (ABAV), Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Mato Grosso do Sul (ABIH), Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL), Associação dos Atrativos Turísticos de Bonito e Região (ATRATUR), Banco do Brasil, Campo Grande *Destination, Convention Bureau* de Bonito, Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomercio), Fundação de Turismo do MS, instâncias de governanças regionais Cerrado-Pantanal/MS, Rota Pantanal-Bonito e Caminho dos Ipês, IMASUL, SEBRAE, SEMAGRO, SENAC, SINGTUR, UEMS, UFMS. Sua principal função é apoiar e articular o planejamento do Turismo estadual (FUNDTUR, 2018).

No que diz respeito à instância municipal, o Fórum Regional Caminho dos Ipês esteve inativo desde 2014 e foi reativado no ano de 2017. O Conselho Municipal de Turismo encontra-se em atividade e sua última eleição para a nova diretoria ocorreu em 2017. O *Convention & Visitors Bureau*, que é responsável por promover o turismo, principalmente por meio da captação de eventos e divulgação dos atrativos turísticos para aumentar o fluxo de visitantes, foi transformado em Campo Grande *Destination*.

Até o ano de 2016, o Turismo fazia parte de um Departamento dentro da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo, de Ciência e Tecnologia e Agronegócio (SEDESC). A partir do ano de 2017, a Prefeitura Municipal de Campo Grande criou a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, que conta com seis profissionais da área de turismo em seu quadro de servidores.

Neste mesmo ano de 2017 foi criado o Plano de Turismo do Município e o Observatório da Cultura e do Turismo, que visa a coleta e sistematização de dados, identificando problemas e necessidades, para que sejam implementadas as políticas públicas municipais para o Turismo e para a Cultura.

Todas estas instâncias de governança devem estar alinhadas com a Política Nacional de Turismo do MTur, que é difundida por meio do Plano Nacional de Turismo, que de acordo com a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, devendo prezar pela conservação dos recursos naturais, da biodiversidade, do patrimônio cultural e histórico de interesse turístico; a atenuação de passivos socioambientais eventualmente provocados pela atividade turística; o estímulo ao turismo responsável praticado em áreas naturais protegidas ou não; dentre outras medidas, além de dispor

que quando se tratar de unidades de conservação, o turismo será desenvolvido em consonância com seus objetivos de criação e com o disposto no plano de manejo da unidade.

1.5 Unidades de Conservação

Segundo o IMASUL (2014, p. 137), a concepção de áreas protegidas converteu-se em principal ferramenta para a conservação da biodiversidade global a partir da Revolução Industrial, no século XIX, quando houve o crescimento populacional e a utilização intensiva de recursos naturais.

A Lei n. 6902, de 27 de abril de 1981, instituiu as Áreas de Proteção Ambiental e foi consolidada com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído pela Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000, que estabeleceu critérios e normas para a criação, implantação, distinção e gestão das Unidades de Conservação. O art. 2º desta lei prevê que Unidades de Conservação compreendem espaços territoriais e seus recursos ambientais com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de preservação da diversidade do patrimônio genético e dos processos ecológicos.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC é composto pelo conjunto de unidades de conservação federais, estaduais, municipais e particulares, distribuídas em doze categorias de manejo. Cada uma dessas categorias diferencia-se quanto à forma de proteção e usos permitidos. As unidades de proteção integral necessitam de maiores cuidados por sua fragilidade e particularidades ambientais, portanto possuem regras e normas mais restritivas, sendo permitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, não envolvendo consumo, coleta ou danos aos recursos naturais. Nas unidades de uso sustentável, os recursos naturais podem ser utilizados de forma direta e sustentável, buscando harmonizar a conservação da natureza e a perenidade dos recursos naturais renováveis. Assim, as unidades de conservação formam uma rede, na qual cada categoria contribui de uma forma específica para a conservação dos recursos naturais. A padronização das categorias de UC e o envolvimento das três esferas de governo

na gestão e implementação do Sistema possibilitam que as diversas ações voltadas à conservação ambiental convirjam para um objetivo comum. (MMA, 2011)

De acordo com a página oficial do Ministério do Meio Ambiente (2018) e reforçado pelo IMASUL (2014, p. 139), as UC's podem assegurar às populações tradicionais o uso sustentável dos recursos naturais de forma racional, e ainda propiciar às comunidades do entorno o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis. Elas podem ser públicas ou privadas e estão sujeitas a normas e regras especiais. São legalmente criadas por ato do Poder Público no âmbito federal, estadual e municipal, após a realização de estudos técnicos dos espaços propostos e, quando necessário, consulta à população. Porém a demanda por sua criação, a depender da modalidade de UC, pode emanar de pessoas físicas ou jurídicas, proprietários rurais, associações, cooperativas e ONG's. Quando as UC's são municipais, como é o caso da APA do Ceroula, são criadas por ato do Poder Executivo, por meio de decreto, porém, raramente a Câmara de Vereadores pode criar UC's por meio de lei. (IMASUL, 2014, p. 138 e 142)

No Polo Campo Grande e Região, existem 19 Unidades de Conservação (UC), cadastradas junto ao IMASUL, e o Município de Campo Grande concentra seis delas, sendo que a APA Ceroula, apresenta maior potencialidade turística (PDITS, 2012, p 242-243).

1.6 Área de Proteção Ambiental (APA)

A preocupação com meio ambiente ganhou força em 1940, período final da guerra, mas foi em 1972 que o tema ganhou repercussão, com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo. Porém a evolução do ecoturismo no Brasil aconteceu por volta de 1990, período pós Eco 92. (PIRES, 2002, p 48, 49 e 66).

Nas palavras de Ruschmann (2012, p. 21), “a partir dos anos 70, a qualidade do meio ambiente começa a constituir elemento de destaque do produto turístico.” De acordo com o IBAMA (2001, p. 17), foi neste período que conservacionistas preocupados com a criação de áreas protegidas para o desenvolvimento de pesquisas, que não implicasse na aquisição destes locais pelo Estado, mas continuassem sob o domínio privado, criaram as Áreas de Proteção Ambiental (APA), que se tornariam locais destinados à conservação de ecossistemas

importantes. Neste sentido, a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, criou a APA com o interesse na proteção ambiental, para conservar ou melhorar as condições ecológicas locais e assegurar o bem-estar das populações humanas, buscando compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais.

A Resolução do Conama nº 010 de 14 de dezembro de 1988, define que:

Art. 1º As Áreas de Proteção Ambiental - APAs são unidades de conservação, destinadas a proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais ali existentes, visando a melhoria da qualidade de vida da população local e também objetivando a proteção dos ecossistemas regionais.

A Área de Proteção Ambiental (APA) pertence ao grupo de uso sustentável no Sistema Nacional de Unidades de Conservação, e é definida como uma área, constituída por terras públicas ou privadas, dotada de atributos bióticos, abióticos, estéticos ou culturais importantes para a qualidade de vida e o bem-estar da população, com os objetivos básicos de proteger a diversidade biológica e ecossistemas regionais, compatibilizando a ocupação humana com a conservação da natureza e o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais, assegurando a sustentabilidade do uso dos recursos naturais, sujeita à regras específicas e respeitando as características ambientais do local, sendo reguladas pela Lei Federal nº 9.985, de 18 de Julho de 2000.

Como já mencionado anteriormente, as APAs podem ser estabelecidas em áreas de domínio público ou privadas, pela União, Estados ou municípios, sem a necessidade de desapropriação das terras privadas. Estas áreas, se privadas, estão passíveis de restrições ou de normas para a utilização e ocupação, desde que respeitados os limites constitucionais. Entretanto os critérios para a realização de pesquisa e visitação ficam a critério do proprietário, sempre respeitando as normas vigentes. Quando as áreas estiverem sob domínio público, a realização de pesquisa científica e visitação pública são estabelecidas pelo órgão gestor da unidade, sempre observando as exigências e restrições legais.

Com o advento do Decreto n. 13.522, de 18 de maio de 2018, publicado no Diogrande n. 5.238, do dia 21 de maio de 2018, a PLANURB passou a responder como Órgão Gestor responsável pelo Conselho Gestor da Unidade de Conservação – Área de Proteção Ambiental da Bacia do Córrego Ceroula – APA Ceroula, e de

acordo com o parágrafo único, do art. 1º, deste Decreto, os processos de licenciamento ambiental que tratam de atividades potencialmente causadoras de impacto na APA devem seguir a resolução CONAMA n. 428, de 17 de dezembro de 2010.

1.7 O Conselho Gestor da APA do Ceroula

A Lei 9.985/00 dispõe que a Área de Proteção Ambiental deve dispor de um Conselho Gestor, que é um espaço técnico, interdisciplinar de articulação e tomada de decisão, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente.

O Conselho Gestor da APA do Ceroula foi criado pelo Decreto Municipal n. 8.365, de 26 de dezembro de 2001; sendo ratificado pelo Decreto Municipal 13.522, de 18 de maio de 2018. É configurando como um órgão de caráter consultivo, deliberativo e de assessoramento do Poder Executivo, sendo sua criação e administração pautadas nas seguintes finalidades:

- a) recuperar, proteger e conservar os cursos d'água que compõem a bacia do Córrego Ceroula;
- b) proteger os ecossistemas locais, suas paisagens notáveis, o solo e demais atributos naturais que possam ser considerados relevantes;
- c) resguardar e valorizar aspectos culturais e históricos associados às comunidades locais e região;
- d) promover programas, projetos e ações de gestão e manejo da área que contribuam com a sustentabilidade econômica e social de atividades e empreendimentos compatíveis com as finalidades citadas.

Com a reestruturação organizacional que ocorreu na gestão municipal de Campo Grande a partir de 2017, o gerenciamento da APA do Ceroula, que anteriormente estava sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana (Semadur), passou para a Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano (Planurb). Desta forma, tanto Semadur, quanto Planurb trabalham, conforme suas competências, para realizar o planejamento e a

fiscalização urbana e ambiental do município de Campo Grande. Neste novo modelo, coube à Semadur o monitoramento, licenciamento, fiscalização ambiental e a aplicação efetiva da legislação; e à Planurb, as ações de planejamento.

A última eleição do Conselho Gestor da APA do Ceroula ocorreu em 2017 e tem validade para o biênio 2018-2019.

No ano de 2017, segundo relato da secretária de Cultura e Turismo, Sra. Nilde Brun, para atender às metas do Plano Municipal de Turismo de Campo Grande, foi identificado que a APA do Ceroula apresenta características turísticas potenciais e abriga rica biodiversidade, próximas da área urbana. Doravante, foram realizadas visitas técnicas na área para avaliar a possibilidade do desenvolvimento de atividades turísticas no local. Entretanto, percebeu-se que a área não possui Plano de Manejo contendo as orientações das atividades a serem desenvolvidas. Em articulação realizada com Planurb e Semadur chegou-se à conclusão que a elaboração do Plano de Manejo da área seria uma medida urgente.

De acordo com informações obtidas junto ao Conselho Gestor da APA do Ceroula, no ano de 2018, a Prefeitura Municipal de Campo Grande, por meio da Planurb e Semadur está prestes a assinar um contrato com a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) para a confecção do Plano de Manejo da APA do Ceroula, visto que será necessário um estudo profundo da área para compatibilizar a ocupação com a proteção ambiental da região, pois o acesso indiscriminado de pessoas vem causando degradações na região.

1.8 Procedimentos Metodológicos

O desenvolvimento desta pesquisa foi de cunho exploratório, baseada no trabalho a campo na APA do Ceroula para a coleta de dados e posterior análise. De acordo com Gil (2008, p.27), a pesquisa exploratória tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil formular hipóteses precisas e operacionalizáveis sobre ele.

Também foi utilizada a pesquisa documental, baseada na exploração das seguintes fontes: documentos oficiais, reportagens de jornal, fotografias, revistas, atas de reuniões do Conselho Gestor da APA do Ceroula, dentre outros. (GIL, 2008, p. 51)

A participação em reuniões do Conselho Gestor da APA do Ceroula, bem como a apresentação deste projeto de pesquisa, foi de grande importância para a coleta de informações e análise de documentos. A coleta de dados também ocorreu por meio de visitas e contatos com os representantes de órgãos públicos, com o objetivo de encontrar documentos e informações a respeito da APA do Ceroula, dentre eles: o Imasul, a Setur e Planurb.

Foi utilizada a técnica de amostragem não probabilística por conveniência, que segundo Lakatos e Marconi (2006, p. 51), tem como característica principal não utilizar formas aleatórias de seleção e tornar impossível a utilização de fórmulas estatísticas. O método intencional levou em consideração a função desempenhada e o cargo ocupado por gestores públicos de órgãos ligados diretamente ou indiretamente à área de estudo.

A abordagem utilizada foi de ordem qualitativa, que de acordo com Gressler (2003, p. 43), “não emprega instrumentos estatísticos como base do processo de análise. Essa abordagem é utilizada quando se busca descrever a complexidade de determinado problema, não envolvendo manipulação de variáveis e estudos experimentais, buscando levar em consideração todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas, numa visão holística dos fenômenos.”

Nas palavras de Lakatos e Marconi (2006, p. 83), a pesquisa de campo tem como objetivo coletar dados por meio da observação de fatos e fenômenos. Neste sentido, durante os anos de 2017 e 2018 foram realizadas visitas *in loco* na APA do Ceroula para coleta de dados e produção de material iconográfico, que permitiram a análise das modificações que ocorreram no local de estudo durante este intervalo de tempo. Durante as visitas foram analisados uma série de fatores, como por exemplo, as vias de acesso, a infraestrutura, os recursos naturais disponíveis, as atividades desenvolvidas, os impactos ambientais, entre outros fatores.

A utilização da metodologia escolhida possibilitou a coleta de informações para o levantamento de dados, visto que houve dificuldade em encontrar material específico a respeito do local em estudo, e principalmente estudos provenientes de órgão públicos.

Para fundamentação das ideias centrais, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, que nas palavras de Medeiros (2012, p. 39) é passo decisivo em qualquer pesquisa

científica, pois busca embasamento em obras de referência, produções científicas, teses e dissertações, dentre outros.

2 CARACTERIZAÇÃO GERAL DA APA DO CEROULA

A APA do Ceroula está localizada na cidade de Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul, que pertence à região Centro-Oeste do Brasil, nas coordenadas de latitude $-20^{\circ} 26' 34''$ e longitude $-54^{\circ} 38' 47''$. Conta com uma localização favorável ao desenvolvimento do turismo (Plano de Marketing, 2018, p. 28), pois encontra-se cerca de 316 km da Fronteira com o Paraguai (Pedro Juan Caballero), e cerca de 446 km, da Fronteira com a Bolívia (Puerto Quijarro). Além de fazer divisa a leste com os estados de Minas Gerais e São Paulo (SP), ao sul com o Paraná (PR), ao norte com Mato Grosso (MT) e ao nordeste com Goiás (GO), conforme pode ser observado na figura que segue:

Figura 2: Mapa do Brasil - Mato Grosso do Sul



Fonte: PDTIS, 2012.

Levando-se em consideração a posição central da cidade de Campo Grande e ser um destino indutor para diversos destinos turísticos, visto que é uma das cidades mais estruturadas do Mato Grosso do Sul, o desenvolvimento de atividade turística local é uma grande oportunidade de fomentar a economia e atrair investimentos.

2.1 Caracterização geral da área

De acordo com as orientações do MTur, o estado de Mato Grosso do Sul foi dividido em dez regiões turísticas pelo Programa de Regionalização do Ministério do Turismo. Campo Grande pertence à Região Caminho dos Ipês (PDTIS, 2012, p. 23), que também abrange os seguintes municípios de Mato Grosso do Sul: Ribas do Rio Pardo, Nova Alvorada do Sul, Jaraguari, Dois Irmãos do Buriti, Terenos, Rochedo, Corguinho, Rio Negro e Sidrolândia, conforme figura a seguir:

Figura 3: Mato Grosso do Sul - Regiões Turísticas



Fonte: PDTIS, 2012.

O município de Campo Grande concentra a sede dos órgãos públicos estaduais e federais, sendo considerado pelo Ministério do Turismo como um dos “65 Destinos Indutores do Turismo”, apresentando as melhores condições de infraestrutura do Estado, desenvolvimento econômico e facilidade de acesso aos destinos emissores nacionais e internacionais (especialmente da América Latina). É rota obrigatória de acesso ao interior do Estado, como por exemplo, ao Pantanal, um dos maiores ecossistemas do mundo que representa 70% da planície alagada, ocupando 24% do território sul-mato-grossense; além da Serra da Bodoquena e países vizinhos (PLANO DE MARKETING, 2018, p. 10).

Quanto ao acesso, a cidade de Campo Grande dispõe de um aeroporto internacional e dois aeroportos particulares –Teruel (a 18 km da região central) e Santa Maria (a 15 Km da região central), que atendem voos aéreos não regulares (aviões de pequeno e médio porte), especialmente empresas de táxi aéreo que fazem voos dentro do Estado; porém não operam voos noturnos, mas ambos são utilizados para atividades como o paraquedismo e escola de aviação. Além de ser cortada por várias rodovias, a oferta do transporte rodoviário atende viagens nacionais, internacionais e intermunicipais. O novo terminal foi inaugurado em 2010, conhecido também como Estação Rodoviária Senador Antônio Mendes Canale. (PLANO DE MARKETING, 2018, p. 36)

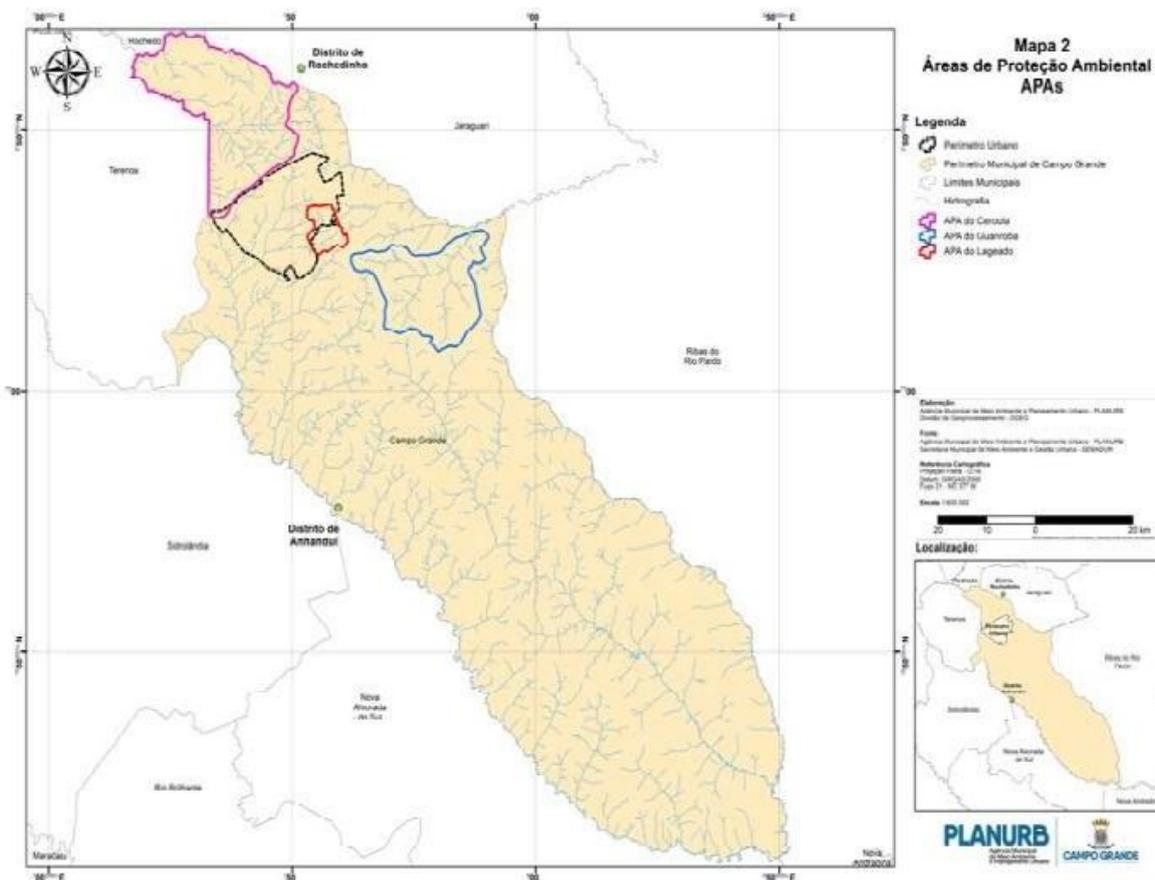
A capital do estado de Mato Grosso do Sul é economicamente diversificada e possui vocação para o turismo de negócios e de eventos, conforme indica o Plano Municipal de Turismo que foi criado em 2017, que também estabelece como segmentos prioritários o turismo rural, cultural, ecológico e gastronômico (PLANO MUNICIPAL DE TURISMO DE CAMPO GRANDE, 2018).

2.2 Localização da APA do Ceroula

No Estado do Mato Grosso do Sul há 37 APAs catalogadas no Cadastro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC). O município de Campo Grande possui três Unidades de Conservação da Natureza instituídas legalmente pelo Poder Público Municipal: Área de Proteção Ambiental dos Mananciais do Córrego Lajeado - APA do Lajeado; Área de Proteção Ambiental dos Mananciais do Córrego Guariroba - APA do Guariroba; e Área de Proteção Ambiental da Bacia do Córrego Ceroula - APA do Ceroula, que representam aproximadamente 3% de todas as áreas protegidas

no estado, como pode ser observada na figura abaixo:

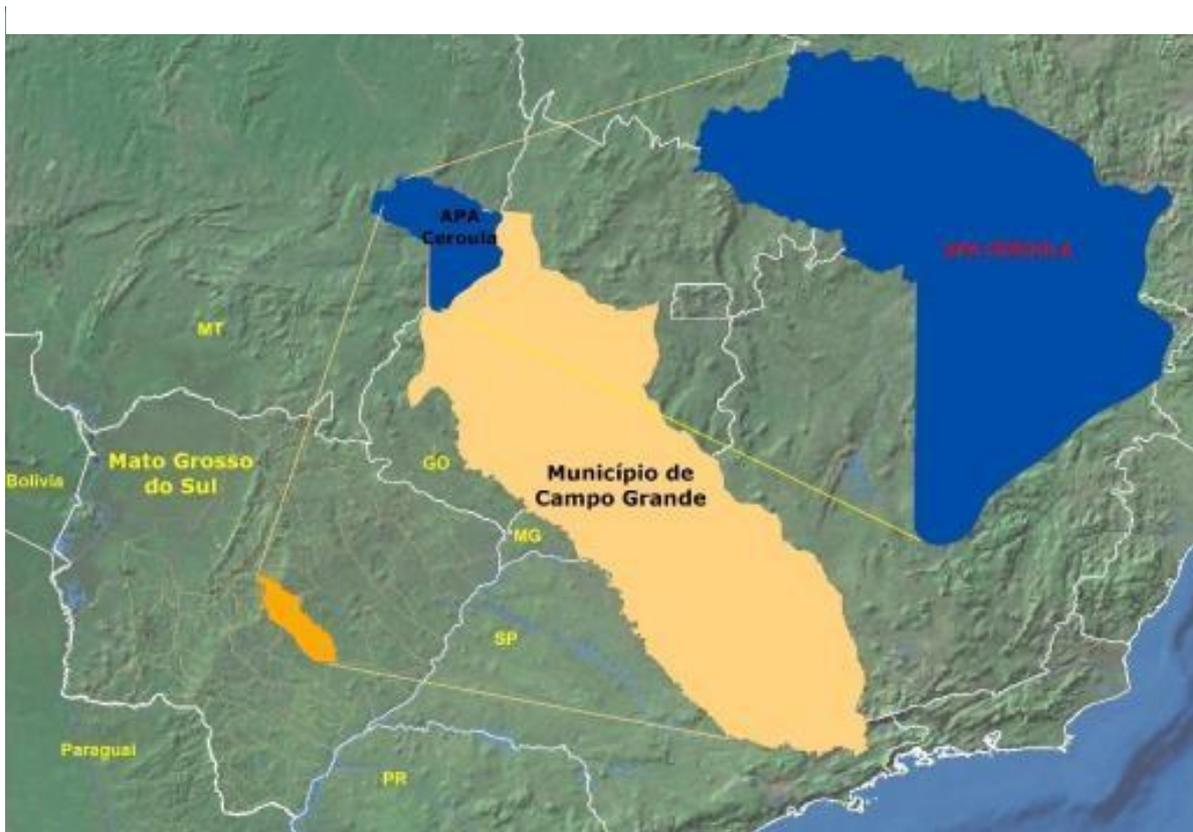
Figura 4: Campo Grande/MS - Áreas de Proteção Ambiental



Fonte: PLANURB, 2018.

A Área de Proteção Ambiental dos Mananciais do Córrego Ceroula foi criada pelo Decreto Municipal 8.264, de 27 de julho de 2001. Esta é a maior área de proteção do município, possui uma área aproximada de 66.954 ha, situada na porção norte do município de Campo Grande, na saída para Rochedo, a cerca de 15 km do centro da cidade, de acordo com as coordenadas de latitudes $20^{\circ} 29' S$ a $20^{\circ} 06' S$ e longitudes $54^{\circ} 52' W$ a $54^{\circ} 26' W$. É formada pela microbacia hidrográfica do Córrego Ceroula, inserida na Bacia do Alto Paraguai, sub bacia do Rio Aquidauana, sendo a bacia do córrego Ceroula, a única do município com drenagem para o Pantanal. O relevo é bastante acidentado, formado por furnas e cachoeiras (YONAMINE, 2009, p. 59).

Figura 5: Campo Grande/MS - APA do Ceroula



Fonte: PLANURB, 2018.

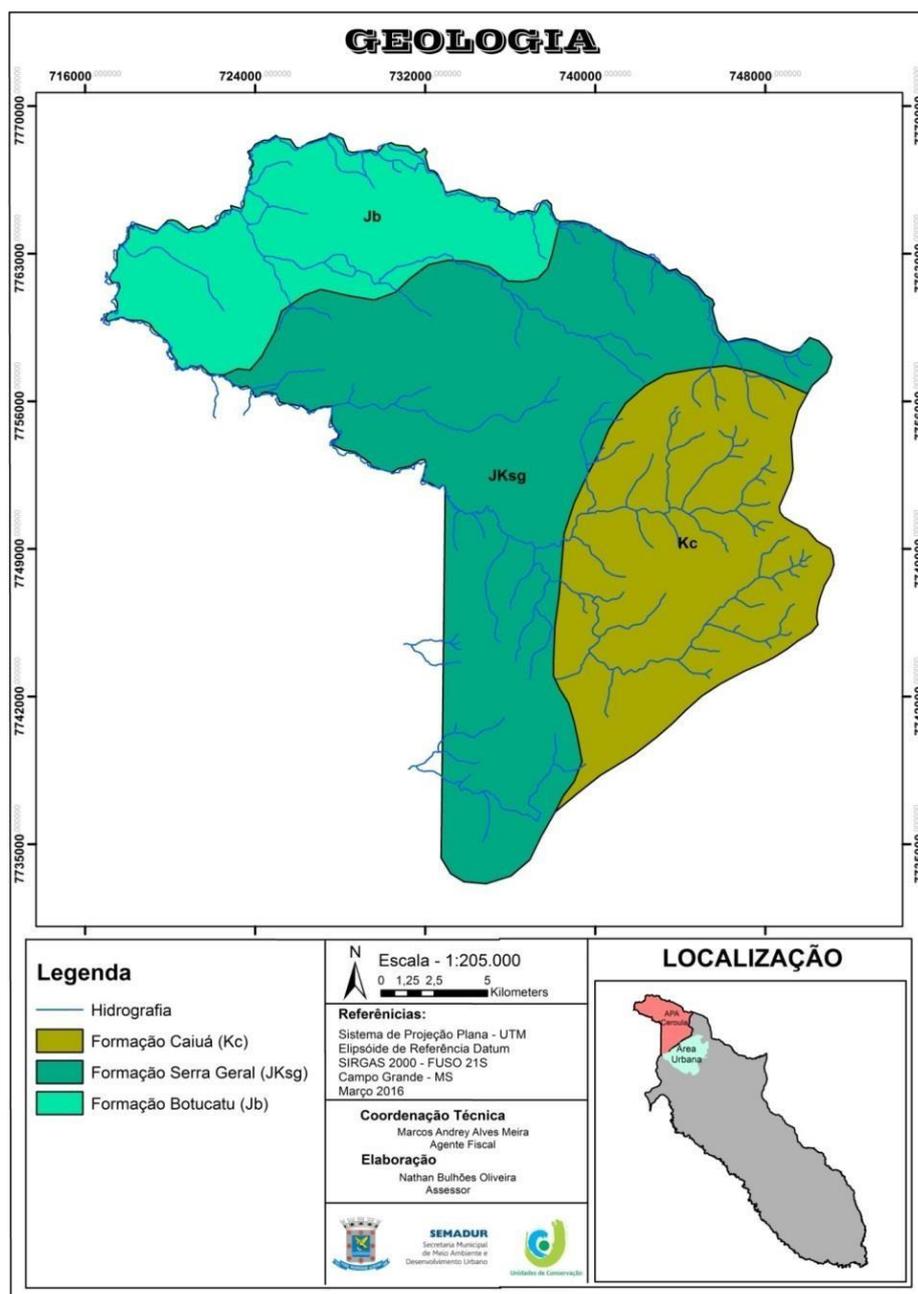
De acordo com informações coletadas durante reuniões do Conselho Gestor da APA do Ceroula, o Grupo Energisa, empresa que atua na área de comercialização de energia elétrica e serviços correlatos no município de Campo Grande, é a proprietária da área conhecida como “Ceuzinho”, localizado na APA do Córrego Ceroula. Até dezembro de 2018, não há conhecimento a respeito das intenções da empresa com relação ao uso do local e, também, não existe autorização formal ou consentimento para exploração, travessia, acesso ou uso da área. Tendo em vista que se trata de uma área particular, cabe ao município apenas realizar vistorias, notificações ou autuações nos casos em que interfiram no meio ambiente.

2.3 Relevo

Em termos geológicos, Campo Grande é abrangida pelas formações Serra Geral e Botucatu do Grupo São Bento e Caiuá do Grupo Bauru. Está situada na região geomorfológica denominada “Região dos Planaltos Arenítico-Basálticos Interiores” e

por possuir um território com formato alongado no sentido NW-SE, estende-se por quatro unidades geomorfológicas: Patamares da Serra do Aporé, Planalto de Dourados, Divisores Tabulares dos Rios Verde e Pardo e Rampas Arenosas dos Planaltos Interiores (PLANURB, 2018, p. 43). A formação geológica da área em questão encontra-se visualizada a seguir:

Figura 6: APA do Ceroula - Formação Geológica



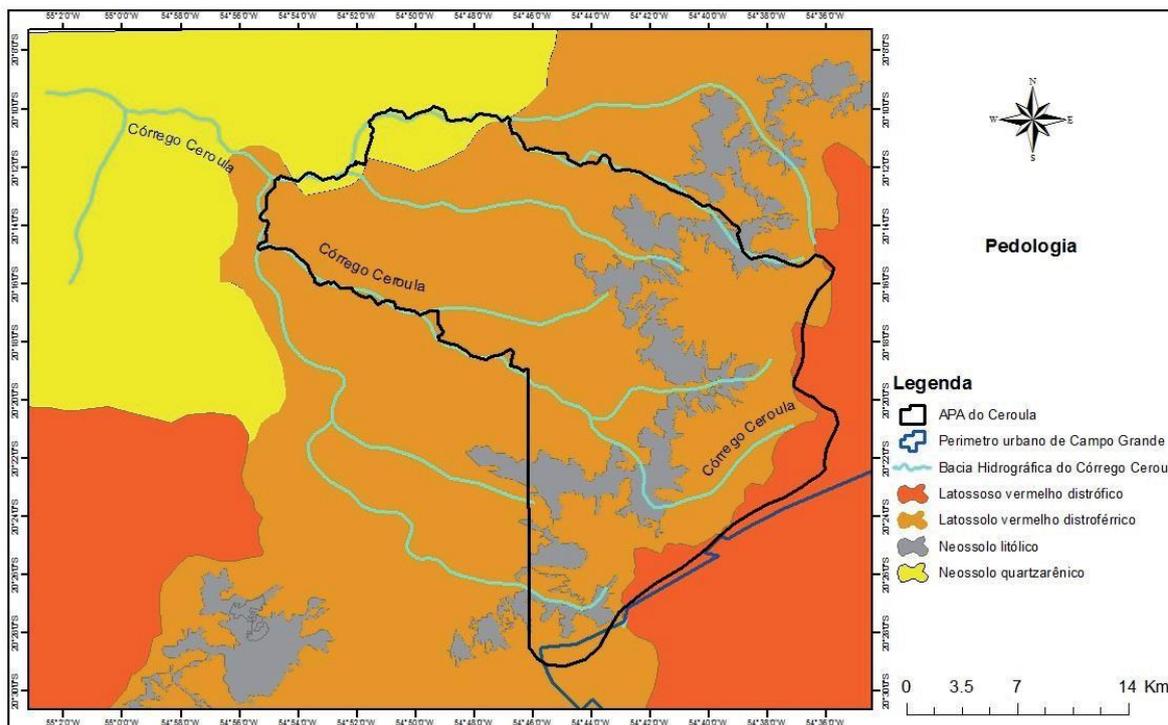
Fonte: Semadur, 2016.

A APA do Ceroula apresenta grande condições favoráveis para o desenvolvimento do Ecoturismo, principalmente em virtude da topografia e formação geológica existente nas áreas de transição das *Cuestas* de Maracaju, e também foi identificado que favorece a prática de atividades de aventura como *trekking*, corridas (moto, enduros de bicicletas etc.), voos de parapente, rapel e outros. (PLANO DE MARKETING, 2018, p. 48)

2.4 Solo

Os solos que abrangem o território do município de Campo Grande são: Latossolo Vermelho-Escuro, Latossolo Roxo, Areias Quartzosas além da presença em pequena extensão de Solos Litólicos. A classe de solo dominante é o Latossolo Vermelho-Escuro, o qual se apresenta normalmente com textura média e com o caráter baixo potencial nutricional. Estende-se desde a parte superior do município até o limite de seu território com Ribas do Rio Pardo e Rio Brilhante, na confluência dos rios Anhanduizinho e Anhanduí. Paralelamente, é acompanhada por uma ampla faixa de Areias Quartzosas que desce no mesmo sentido, acompanhando a margem esquerda do rio Anhanduizinho. A figura a seguir demonstra os tipos de solos da área em estudo:

Figura 7: Aspectos Geológicos da Região do Ceroula



Fonte: PIRAJÁ; MAURO, 2014.

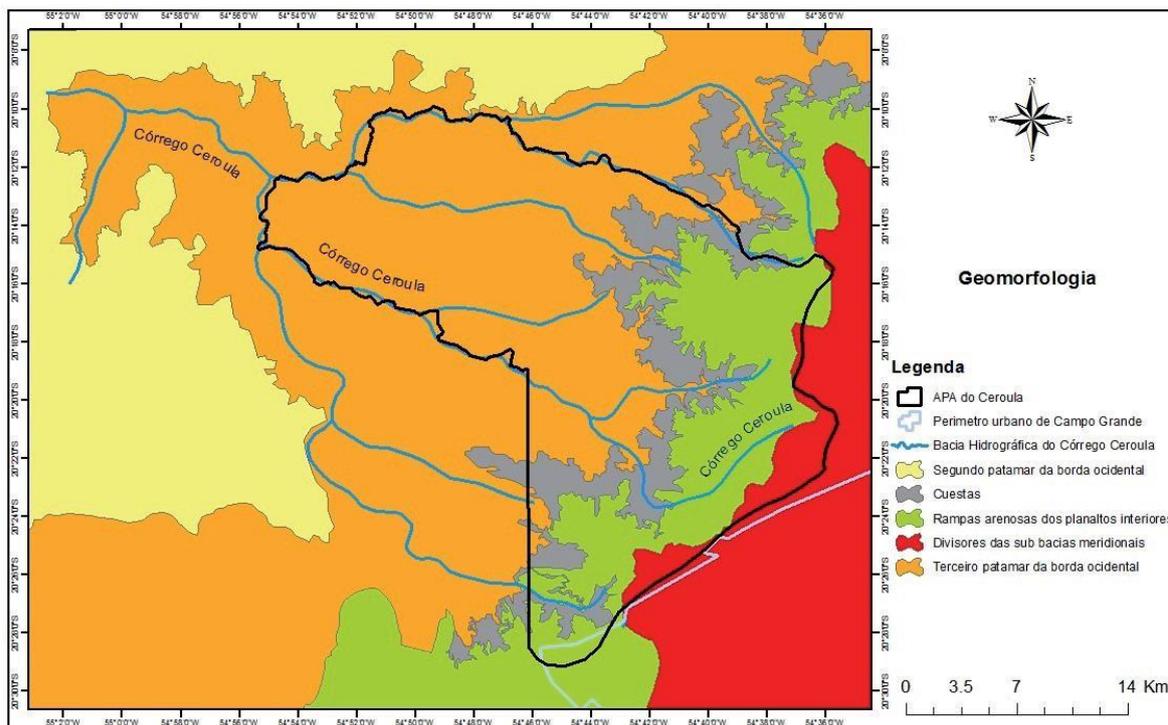
2.5 Hidrografia

O município de Campo Grande localiza-se nas imediações do divisor de águas das Bacias do Paraná e o extremo norte de Campo Grande é drenado pelo Córrego Ceroula, que compõe o sistema de drenagem do Rio Paraguai (PLANURB, 2018, p. 42).

Segundo a Deliberação nº 003 de 20 de junho de 1997 que determina o enquadramento e classificação das Bacias Hidrográficas do Estado de Mato Grosso do Sul, o Córrego Ceroula foi enquadrado pelo Conselho Estadual de Controle Ambiental - CECA, como pertencente à classe especial. Esta Resolução tem por objetivo assegurar a compatibilidade entre a qualidade e os usos a que forem destinados, combatendo a poluição, garantindo a saúde, o bem-estar humano e o equilíbrio ecológico aquático (Mato Grosso do Sul, 1997, p. 9).

Pode-se observar a potencialidade hidrográfica do município campo-grandense de acordo com a figura que se segue:

Figura 8: Microbacia da Região do Ceroula

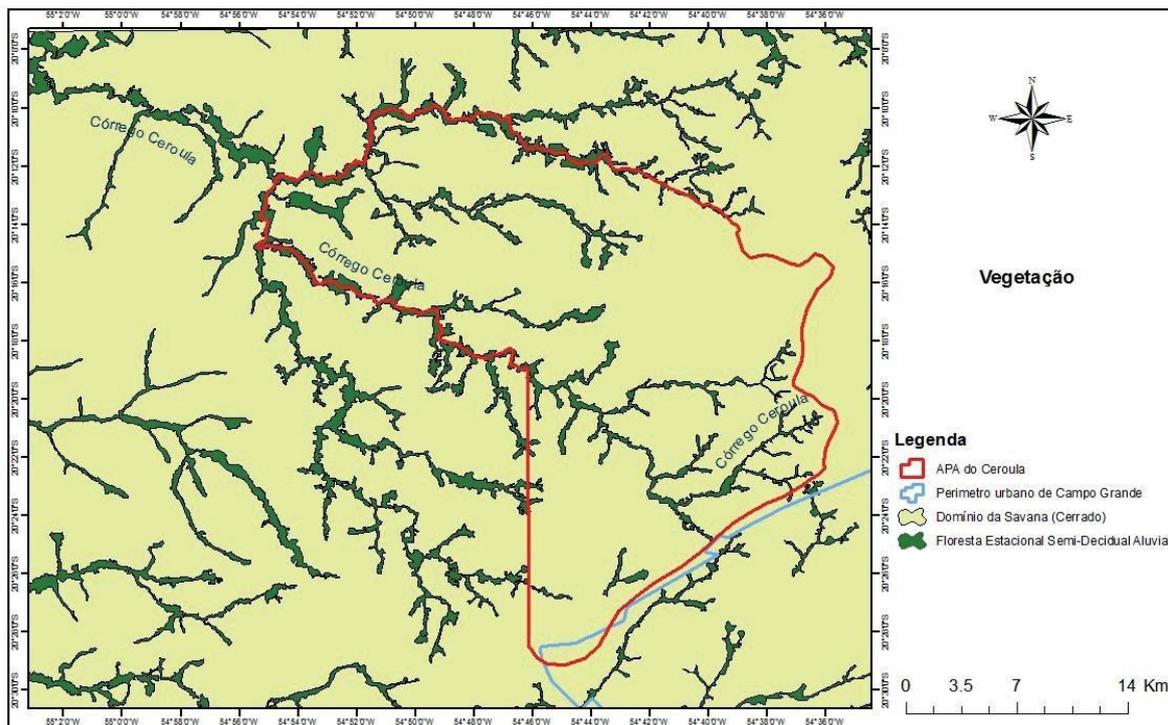


Fonte: PIRAJÁ; MAURO, 2014

2.6 APA do Ceroula - Clima, Flora e Fauna

Campo Grande localiza-se na zona neotropical pertencente aos domínios da região de Cerrado, constituindo-se em um conjunto de formas de vegetação diretamente relacionada à fertilidade do solo, sendo suas principais fisionomias: Campo Limpo, Campo Sujo, Cerrado, Cerradão, além da presença da Floresta Aluvial (mata ciliar) e áreas de Tensão Ecológica, representadas pelo contato Cerrado/Floresta Estacional Semidecidual e áreas das formações antrópicas utilizadas para agropecuária (PLANURB, 2018, p. 44), conforme a figura abaixo:

Figura 9: APA do Ceroula - Vegetação



Fonte: PIRAJÁ; MAURO, 2014

O município de Campo Grande está inserido no domínio do Cerrado, com cobertura vegetal de Cerrado Arbóreo Denso, Cerrado Arbóreo Aberto, Cerrado Parque e Cerrado Gramíneo – Lenhoso (Campo Limpo).

É uma vegetação que apresenta adaptações contra períodos de estiagem, com folhas largas, troncos e galhos retorcidos e cascas grossas e enrugadas. No fundo dos vales encontram-se veredas, ricas em palmeiras como o Buriti e Bacuri. Há presença de gramíneas e árvores de pequeno porte, que, na maioria das vezes, formam cobertura rala, deixando em muitos pontos, o solo a descoberto.

Na APA do Ceroula pode ser verificada a Floresta Estacional, que é um tipo de vegetação que pode ser encontrada na zona de transição entre a Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga que está sendo substituída por pastagem, e também é ameaçada pelas queimadas. A Região de Savana (Cerrado) é plana com vegetação predominantes de gramíneas, árvores esparsas e arbustos isolados.

A fauna e flora típicas do bioma Cerrado resultam em um mosaico de paisagens naturais, associados à rica biodiversidade, apresentando variedades botânicas, além de mamíferos, aves e répteis. O Cerrado é a segunda maior formação vegetal

brasileira, sendo estimadas cerca de 6.000 espécies de árvores, 800 espécies de aves, além da grande variedade de peixes e outras formas de vida, fazendo desse, um dos biomas mais ricos e ameaçados do Planeta. As fisionomias típicas desse bioma são: Cerradão, Cerrado sentido restrito, mata ciliar, mata de galeria, campo sujo, campo rupestre, campo limpo, parque de cerrado, palmeiral e vereda (PDTIS, 2012, p. 242).

3 A ÁREA DO “CEUZINHO”: POTENCIALIDADES TURÍSTICAS

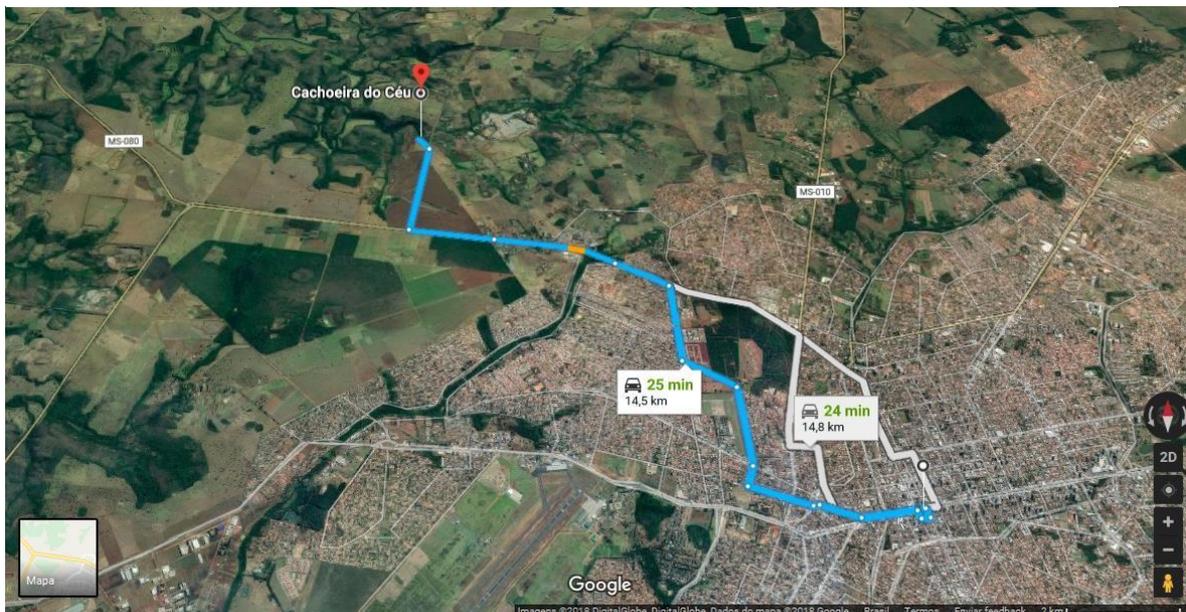
A APA do Ceroula é uma Unidades de Conservação de Uso Sustentável, que visa principalmente adotar medidas de conservação da natureza com o uso sustentável de seus recursos naturais devido à importância de suas características natural, cultural, social e histórica.

O “Ceuzinho” está localizado dentro desta APA e pode ser considerado um patrimônio natural de Campo Grande que apresenta potencialidade para a exploração turística devido às ricas paisagens naturais, formações geológicas, biodiversidade, balneabilidade e sítios históricos, visto que este local abrigou a primeira Usina Hidrelétrica de Campo Grande, construída em 1920, atualmente conhecida como usina abandonada do “Ceuzinho”, onde ainda há ruínas e o maquinário que gerou energia para alimentar a cidade.

3.1 Localização

A Região do “Ceuzinho” está inserida dentro da APA do Ceroula e está localizada a 13 km da região central de Campo Grande. Para chegar ao local, há duas opções de caminho. A mais utilizada a MS 080, saída para Rochedo, sendo que após o Detran, é feita a conversão à direita. A estrada é pavimentada em quase toda extensão com apenas alguns metros sem pavimentação. Logo após a conversão, pode ser observada grande quantidade de lixo e entulho às margens da via.

Figura 10: “Ceuzinho” - via de acesso utilizada usualmente



Fonte: Google Earth, 2018. Disponível em: <https://www.google.com/earth/>

Utilizando-se da coleta de material iconográfico captado por câmara digital, registra-se o acesso ao “Ceuzinho” por estrada vicinal asfaltada onde após alguns metros há uma entrada à direita, em uma via sem pavimento, por onde chega-se à Chácara Pontezinha.

Figura 11: “Ceuzinho” - principal via de acesso pela MS 080



Fonte: OSHIRO, 2018 – acervo pertencente à autora.

Há, também, outro acesso ao “Ceuzinho” passando pela área interna do Bairro José Abrão, sendo esta considerada a primeira estrada de acesso à região, com parte do trecho sem pavimentação. Este acesso tem acerca de 15 Km da região central, e está representado na imagem a seguir.

Figura 12: Acesso ao “Ceuzinho” pelo Conjunto Residencial José Abrão



Fonte: Google Earth. Disponível em: <https://www.google.com/earth/>

Utilizando-se de imagem fotográfica captada por câmara digital registra-se o acesso ao “Ceuzinho” através do Conjunto Residencial José Abrão:

Figura 13: via de acesso ao “Ceuzinho” pelo Conjunto Residencial José Abrão



Fonte: OSHIRO, 2018 - acervo pertencente à autora.

Tanto o acesso pela MS 080 como o acesso pelo Bairro José Abrão encontram-se ativos, porém, o mais utilizado é o acesso pela MS 080, pelo fato de maior parte de seu curso apresentar-se com pavimento.

Foi identificado um bar, onde pode ser avistado um portal de tijolo à vista, prolongamento da primeira estrada de acesso ao local. Do outro lado da estrada encontra-se um cemitério histórico, em terras que em tempos idos pertenciam a Vespasiano Martins.

Próximo à Chácara da Pontezinha há uma bifurcação na via, sendo que a estrada do lado direito leva ao Inferninho e do esquerdo leva ao “Ceuzinho”, conforme imagem que segue:

Figura 14: estrada de acesso ao “Ceuzinho” à esquerda



Fonte: OSHIRO, 2018 - acervo pertencente à autora.

Saindo da Chácara Pontezinha e atravessando o asfalto, há uma placa da Empresa Energisa indicando que a propriedade é de domínio privado (Figura 15 e 16). Antes de chegar à primeira cachoeira encontra-se outra placa da citada empresa, indicando dispositivos legais que em geral estão sendo desrespeitados, ocorrência que pode ser notada pelas pichações e vandalismo (Figura 16), bem como a grande quantidade de resíduos; vários vestígios de fogueiras, além de velas queimadas, utensílios e várias oferendas religiosas (Figura 17).

Figura 15: Placa informativa da Energisa na APA do Ceroula



Fonte: OSHIRO, 2018 - acervo pertencente à autora.

Figura 16: Placa Informativa da Energisa na APA do Ceroula (II)



Fonte: OSHIRO, 2018 - acervo pertencente à autora.

Figura 17: Resíduos; vestígios de fogo; velas e despachos religiosos



Fonte: OSHIRO, 2018 - acervo pertencente à autora.

A localidade do chamado “Ceuzinho” é banhada por parte do curso de águas do córrego Ceroula que na região se apresenta encachoeirado e com corredeiras. Logo no início da trilha há vestígios de uma ponte (Imagem 18) que ligava a estrada a um Centro de Recuperação, que atualmente encontra-se desativado, porém, no local, ainda pode ser encontrada uma edificação que foi construída para os trabalhadores da “Usina do Ceroula”. Logo em seguida encontra-se a Cachoeira da Pontezinha (Figura 19).

Figura 18: Ruínas da antiga "Pontezinha"



Fonte: OSHIRO, 2018 - acervo pertencente à autora.

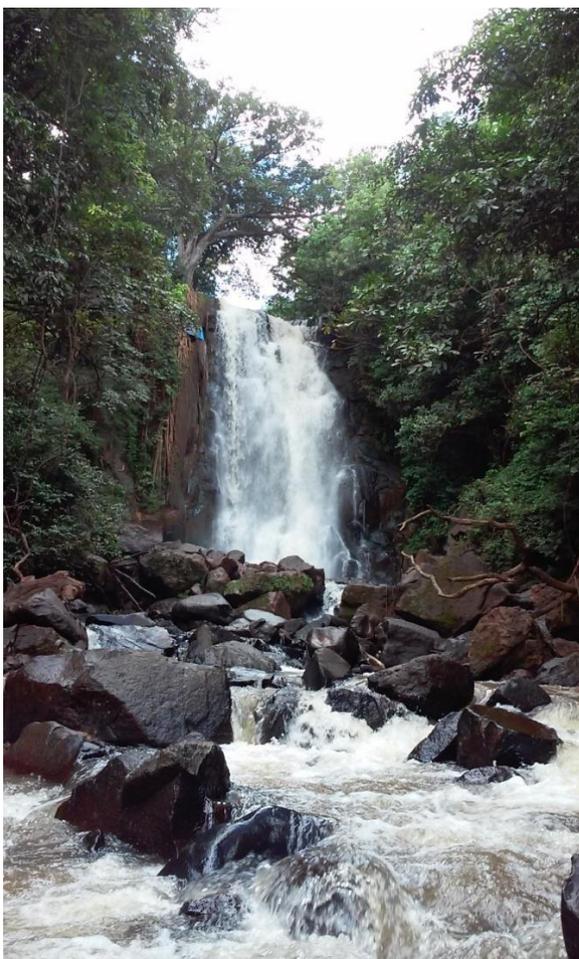
Figura 19: Cachoeira próxima à "Pontezinha"



Fonte: OSHIRO, 2018 - acervo pertencente à autora.

A maior cachoeira é a que dá nome ao local, a Cachoeira do “Ceuzinho” tem aproximadamente 27 metros, apresentando grande potencial hídrico e beleza cênica. Devido à sua profundidade, de cerca de 5m, o banho não é recomendado.

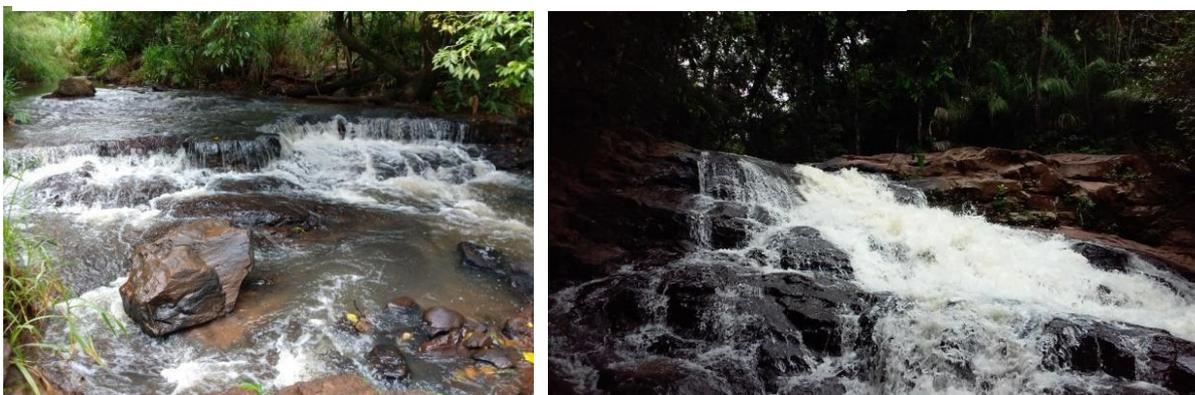
Figura 20: Cachoeira do “Ceuzinho” em período chuvoso



Fonte: OSHIRO, 2017 - acervo pertencente à autora.

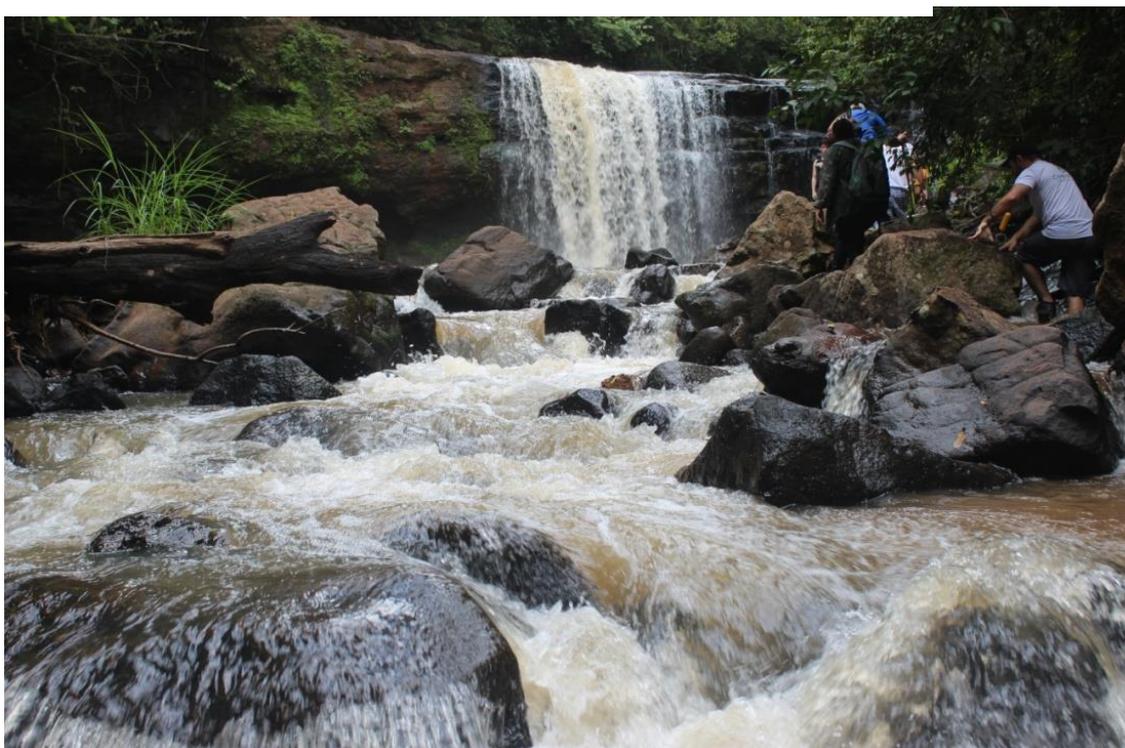
Além das cachoeiras o local é pontuado por corredeiras e, saltos que embelezam e permitem o seu uso para banhos e recreação atraindo grande fluxo de pessoas ao local.

Figura 21: Corredeiras ao longo do Córrego Ceroula



Fonte: OSHIRO, 2018 - acervo pertencente à autora.

Figura 22: Cachoeira do Terceiro Salto



Fonte: OSHIRO, 2018 – acervo pertencente à autora.

Esta é a última cachoeira na região do “Ceuzinho”, porém, ao longo do caminho, podem ser avistadas nascentes que deságuam no Ceroula, alguns canais que se encontravam secos devido ao período de estiagem e também um paredão, que é utilizado para escalada.

Figura 23: Nascentes no entorno do Córrego Ceroula



Fonte: OSHIRO, 2018 - acervo pertencente à autora.

Figura 24: Vestígio de corredores de águas no período de estiagem



Fonte: OSHIRO, 2018 - acervo pertencente à autora.

Figura 25: Encontro dos Córregos que passam pelo “Ceuzinho” (esquerda) e "Inferninho" (direita)



Fonte: OSHIRO, 2018 – acervo pertencente à autora.

De acordo com Yonamine (2009, p. 59), a APA em estudo apresenta predominantemente áreas ocupadas por propriedades rurais, onde é desenvolvida a pecuária; agricultura; piscicultura; criação de ovinos, equinos, suínos, aves; extração mineral; extração de água mineral; dentre outras atividades.

Além destas atividades citadas, esta região diferencia-se pela potencialidade para o Turismo, principalmente Ecoturismo e Turismo de Aventura, devido aos seus recursos naturais, beleza paisagística e sua proximidade com a área urbana de Campo Grande, atraem banhistas, esportistas radicais, praticantes de *hiking*, *trekking*, bicicleta, rapel, dentre outras modalidades.

Durante a pesquisa, foi constatado que existem algumas empresas que oferecem o passeio até o local, enfatizando que algumas delas possuem Cadastur, um Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos junto ao MTur, que permite o estabelecimento de vínculos entre o poder público, os empreendimentos turísticos e o consumidor. Este sistema hospeda dados e informações que possibilitam mapear os empreendimentos e a oferta de bens e serviços turísticos, além de subsidiar, mediante o conhecimento concreto do setor, a formulação e a execução de políticas públicas.

A principal função das trilhas foi suprir a necessidade de deslocamento. Porém, ao longo dos anos elas incorporaram um novo sentido de proporcionar uma

experiência no meio natural. Trilhas bem construídas e devidamente mantidas protegem o ambiente do impacto do uso, e ainda asseguram aos visitantes maior conforto, segurança e satisfação, influenciando na impressão que o visitante levará sobre a área e instituição que a gerencia. (DE ANDRADE, 2003, p. 247)

O formato de trilha mais utilizado na área é a circular, que de acordo com De Andrade (2003, p. 248) “oferece a possibilidade de se voltar ao ponto de partida sem repetir o percurso no retorno. ”

Geralmente, as empresas que exploram turisticamente o local oferecem duas opções de trilhas no “Ceuzinho”. A primeira trilha é conhecida como Trilha do “Ceuzinho” que possui cerca de 5 km de trilha circular, durando cerca de 5 horas dentro da região do “Ceuzinho”, até o limite da Usina Abandonada do Ceroula; considerada de nível moderado, exige preparo físico, visto que há vários obstáculos a transpor, como por exemplo subidas, descidas, travessia de águas, dentre outros.

A segunda trilha é conhecida como Trilha do Bicho Papão, que também é circular e possui aproximadamente 13 Km, com duração de cerca de 7 horas, tendo como ponto de partida o “Ceuzinho”, passando pela Cachoeira do Inferninho e retornando ao ponto inicial. Este percurso exige maior preparo físico, e apresenta grau de dificuldade elevado.

Como a APA está localizada em área rural, não foram detectadas estruturas de saúde e educação próximos, portanto estes serviços estão disponíveis somente em área urbana. As estradas vicinais rurais que integram o sistema viário necessitam de manutenções periódicas e são de responsabilidade do Poder Público Municipal.

3.2 Histórico da Usina do Ceroula

Na década de 1920, durante a gestão do Prefeito Dr. Arlindo de Andrade Gomes ocorreu a instalação da Companhia Mato-grossense de Eletricidade (CME) em Campo Grande, substituindo os motores, caldeiras e geradores a vapor.

“... A usina, com cerca de 300 Kw, aproveitando uma queda de 70m nos aparados da serra na região do Inferninho, próximo à fazenda do Dr. Vespasiano Martins, com uma pequena barragem de regularização diária para o 0,7 m³/seg., turbinado pelo conjunto Peltron Voigt/Siemens e um sistema de 11,4 Kv, com cerca de 15 Km, transmitido e distribuindo a partir de um prédio da empresa à Rua Marechal Rondon, esquina da Avenida Calógeras, onde

derivavam os alimentadores pioneiros e se situavam as balanças de série da iluminação pública em 2,2 Kv. ” (MACHADO, 1999, p. 149)

A primeira usina hidrelétrica do Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul foi construída à margem direita do Córrego Ceroula, onde se instalou também, uma comporta para descarga do acúmulo de areia, além de uma caixa de água de cerca de 75m para despejar água numa turbina de força de 400 H.P., em um trecho até a usina, de forma inclinada para a condução de materiais. O local era equipado com gerador, turbinas, reguladores automáticos, transformadores monofásicos, quadros de distribuição, voltímetro, dentre outros. Além de uma galeria subterrânea para descarga de água das turbinas e uma residência para os operários da usina construída em 1923 e restaurada em 1988. A Usina do Ceroula foi desativada em 1970, porém muitos maquinários encontram-se abandonados no local.

Figura 26: Sítio Histórico da Usina do Ceroula



Fonte: OSHIRO, 2018 - acervo pertencente à autora.

Em levantamentos realizados, constatou-se que a Usina do Ceroula recebeu o nome de Usina Orocibo Fonseca, pai do ex-prefeito de Campo Grande Juvêncio Cezar da Fonseca, e está sob a jurisdição da Companhia de Energia Elétrica de Campo Grande (ENERGISA).

Figura 27: Sítio Histórico da Usina do Ceroula (II)



Fonte: OSHIRO, 2018 – acervo pertencente à autora.

Este local apresenta grande importância para a História de Campo Grande, uma vez que mantém parte da edificação antiga e alguns equipamentos da antiga usina, que corresponde ao ponto final da trilha denominada “Ceuzinho” e desperta a curiosidade dos visitantes quanto ao interesse em obter informações a respeito do

local, como por exemplo, de que forma peças de grande porte foram transportadas até aquele local, visto que o terreno é bastante acidentado.

3.3 Os impactos causados na área do “Ceuzinho”

O “Ceuzinho” apresenta quedas d’águas, cachoeiras e trilhas de beleza cênica e paisagística que atraem turistas e visitantes adeptos do segmento ecoturístico, turismo de aventura e práticas esportivas, além da visita à “usina abandonada do córrego Ceroula”.

Porém, a exploração turística ocorre de forma desordenada, sem planejamento do órgão gestor ambiental e turístico do município, não havendo, portanto, gestão ou controle do número de visitantes na área. Também não apresenta infraestrutura, como por exemplo, sanitários e ponto de apoio para a recepção do turista, bem como manejo dos impactos decorrentes da visita.

Algumas pessoas exploram o local com o acompanhamento de empresas campo-grandenses de aventura. No ano de 2017 foi observado que os grupos eram fechados com cerca de 30 pessoas; no ano de 2018, passaram a ser fechados com a média de 20 pessoas. Como o local é aberto e não há controle de entrada e saída, é constante a circulação de esportistas e visitantes que frequentam a área sem acompanhamento.

As trilhas são marcadas principalmente por fitas, porém há trechos de mata muito fechada e devido às mudanças da paisagem, há grande risco de se adentrar no local sem acompanhamento e perder-se na mata.

Segundo De Andrade (2003, p. 250), uma forma de se marcar o caminho são as fitas coloridas compostas por plásticos duráveis e que não perdem a cor, amarradas nos galhos, troncos de árvores ou arbustos, ou no alto de uma estaca de madeira ou ferro. Durante as visitas foram detectados usos desta prática de demarcação de trilhas, como pode-se perceber na figura abaixo:

Figura 28: “Ceuzinho” - Método usualmente utilizado na demarcação de trilhas



Fonte: OSHIRO, 2018 – acervo pertencente à autora.

As trilhas representam a interferência do homem na natureza, provocando impactos: físico, visual, sonoro e de odor. Usualmente, as trilhas para ecoturismo percorrem por ambientes naturais frágeis ou carentes de proteção. Os efeitos que uma trilha causa no ambiente ocorrem principalmente na superfície do solo. Há quatro elementos ambientais sob influência direta do uso de trilhas: o solo, que pode sofrer compactação e erosão e pisoteio, resultando na exposição das raízes das árvores; a vegetação que pode ser alterada ou degradada, pois há alteração da luminosidade disponível; a fauna, pois favorece espécies tolerantes à presença humana e diminuição para aquelas mais sensíveis; além de fatores antrópicos como lixo, incêndios, vandalismos e coleta de materiais. (DE ANDRADE, 2003, p. 250)

Em vários trechos percebe-se que muitas árvores se encontram com as raízes expostas e no seu entorno existem muitas trilhas com o solo bastante pisoteado como é possível se observar na figura 29:

Figura 29: Exposição de raízes e compactação do solo



Fonte: OSHIRO, 2018 – acervo pertencente à autora.

A área que corresponde ao atrativo “Ceuzinho” apresenta obstáculos naturais, como por exemplo, subidas e descidas íngremes, com alguns trechos do percurso feitos dentro da água. Há contemplação de quatro cachoeiras e corredeiras, e no fim da trilha encontra-se o sítio histórico correspondente à Usina do Ceroula que se encontra desativada em dias atuais.

Figura 30: Travessia para a Usina do Ceroula



Fonte: Trilha Extrema.

Durante as visitas realizadas no local entre março de 2017 e setembro de 2018, foram encontrados despachos religiosos com velas acesas queimando sem que ninguém estivesse por perto para evitar um acidente, além de vestígios de inúmeras fogueiras em vários pontos da trilha que muitas algumas vezes podem causar incêndio na mata.

No trabalho a campo que se realizou no dia 30 de setembro de 2018 foi constatado que trilhas foram abertas para prática de *motocross* e inclusive sinalizadas com placas, como é possível observar a seguir:

Figura 31: Placas indicando trilha de *motocross*



Fonte: OSHIRO, 2018 – acervo pertencente à autora.

Na figura 31 podem ser observadas a colocação de placas em pontos desta trilha de *motocross*, sinalizando o nome da trilha e a direção.

As placas podem ser confeccionadas em pedra, metal ou madeira, porém, de acordo com De Andrade (2003, p. 256) não devem ser fixadas diretamente em tronco de árvores com o uso de pregos.

A prática desordenada e sem o devido planejamento das atividades de turismo e lazer desenvolvidas no local do atrativo “Ceuzinho”, além do desmatamento, causam degradação do solo e afugentam os animais silvestres com o barulho, demonstrando prática ambientalmente inadequada na área do “Ceuzinho”.

Figura 32: Impacto ambiental - descarte irregular de resíduos



Fonte: OSHIRO, 2018 – acervo pertencente à autora.

No trabalho a campo, realizado no dia 30 de setembro de 2018, foram encontradas várias árvores cortadas de forma irregular, impedindo a descida à Cachoeira do “Ceuzinho”, além de inúmeras trilhas abertas irregularmente.

Figura 33: Impacto ambiental no “Ceuzinho” - corte irregular de madeira



Fonte: OSHIRO, 2018 – acervo pertencente à autora.

Apesar da importância ambiental do “Ceuzinho” e todo o seu entorno, o local apresenta sinais acentuados de vandalismo, pois são visíveis pichações por todos os lados das construções.

Figura 34: Usina do Ceroula - equipamentos e vandalismo



Fonte: OSHIRO, 2018 - acervo pertencente à autora.

Em alguns locais desta área de estudo, principalmente em trechos onde há pastagens que estão desprovidas de mata ciliar, podem ser visualizados sinais de assoreamento. Em vários destes pontos, foi constatada a presença de pegadas de animais que descem para beber água, contribuindo para a degradação do local e depósito de areia no leito do córrego, conforme imagem 35:

Figura 35: Córrego Ceroula - focos de assoreamento



Fonte: OSHIRO, 2018 – acervo pertencente à autora.

Com base em todas as informações coletadas, percebe-se que este importante patrimônio natural está sendo degradado tanto por proprietários de terras que

desenvolvem a pecuária na região, quanto pelo fluxo desordenado de turistas e visitantes que utilizam a área de forma inadequada do ponto de vista ambiental.

Em propriedades vizinhas, predomina a agricultura de subsistência e a pecuária, porém, esta última não vem sendo desenvolvida da forma correta, pois em vários pontos há vestígios de animais que causam pisoteio das margens do Córrego Ceroula e provocam focos de assoreamento.

Este contexto mostra que é necessário a elaboração de um Plano de Manejo para que o uso do local seja sustentável e, de acordo com os critérios ambientais para que além da conservação, haja o controle e monitoramento da área em estudo, além de ações educativas preventivas para proteger este importante patrimônio histórico e cultural.

A situação atual é preocupante, pois as áreas protegidas em nível global têm recebido um fluxo cada vez maior de visitantes e muitas dessas áreas não estão preparadas para o turismo. (Boo, 2002, p. 34)

Até o momento não há um Plano de Manejo da área com o objetivo preservar e desenvolver o potencial turístico da região, mas este documento encontra-se em vias de elaboração

3.4 Recomendações para uso turístico

O Plano de Marketing de Campo Grande e Região Caminho dos Ipês é um instrumento estratégico para orientar a gestão pública e a iniciativa privada quanto à promoção e comercialização do destino Campo Grande e Região Caminho dos Ipês, realizando a análise e diagnóstico da situação, atual e do mercado potencial, bem como a definição de objetivos e estratégias para desenvolvimento. Neste sentido, o Produto 2 deste Plano de Marketing (2018; p. 51) listou e classificou os principais atrativos da área por segmentos turísticos, e nesta abordagem, o “Ceuzinho” foi classificado como atrativo turístico, com potencial para o Ecoturismo e Turismo de Aventura, visto que atualmente, o local é muito procurado para a prática de esportes como: rapel, escalada, *hiking*, *trekking* e corrida.

O atrativo é o elemento que desencadeia o processo turístico. Qualquer ativo, recurso ou elemento territorial, patrimonial, infraestrutura ou de qualquer outro tipo, apresentado em sua forma natural, com maior ou menor grau de tangibilidade, que aparece em

um determinado território, convenientemente tratado e agrupado em uma série de elementos, é capaz de colocar-se a serviço da satisfação turística” (VALLS, p.27, 2006).

Porém, para que um atrativo turístico possa ser transformado em um produto turístico, ele deve ser valorizado e estruturado de forma a agregar qualidade à experiência. Por esse motivo Valls (2006) se posiciona: “Neste sentido o planejamento sustentável do território e do patrimônio tem por objeto a manutenção ou a recuperação do valor original do território e do patrimônio como bem público, agregando valor, e atendendo de forma satisfatória às expectativas dos turistas e visitantes. A perenidade, a conservação e a sustentabilidade desse bem estão intimamente ligadas à evolução do ciclo de vida do destino” (VALLS, p. 41, 2006).

Um destino turístico, além de atrativo, deve apresentar-se como resultado de uma ação continuada de planejamento e estruturação que atenda aos anseios dos visitantes, além de ser provido por um órgão gestor do turismo com capacidade administrativa para desenvolvê-lo de acordo com suas características históricas, geográficas, ambientais e sociais para que seja alcançado o desenvolvimento local e econômico. (VALLS, p. 16, 2006).

Para atrair investimentos e tornar-se um destino turístico potencial, são necessários alguns elementos, como por exemplo: acesso com qualidade, segurança e conforto; clima favorável; atrações turísticas diversificadas; concorrência; promoção; equipamentos e serviços de excelência (ANDRADE, 2002, p. 53).

Tendo em vistas a conservação desta área, o ideal é que ocorra o desenvolvimento de atividades sustentáveis, dentre elas podem ser citadas o Turismo de Natureza, que contempla as atividades turísticas em ambiente natural e dentre seus subsegmentos encontra-se o Ecoturismo e Turismo de Aventura.

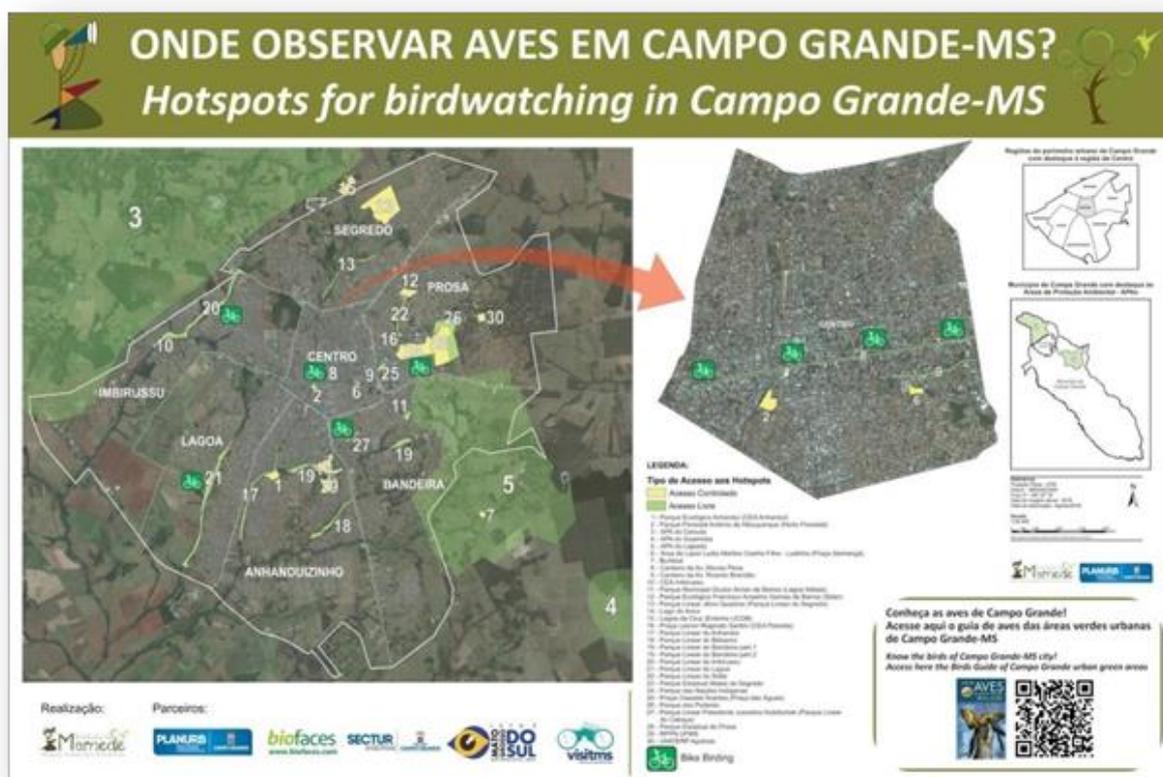
Beni afirma que o Ecoturismo “pressupõe sempre a utilização controlada de uma área com planejamento do uso sustentável de seus recursos naturais e culturais, por meio de estudos de impacto ambiental, estimativas da capacidade de carga e de suporte do local, monitoramento, avaliação constantes, com plano de manejo e sistema de gestão responsável. ” O autor afirma que no Brasil, nossas áreas de conservação e proteção ambiental ainda não dispõem de uma política integrada e planejamento estratégico de uso e ocupação voltados especificamente para o turismo (BENI 2008, p. 33 e 34).

No Ecoturismo, as principais motivações envolvem a contemplação e a

observação da natureza, cultura e história, a vivência da experiência em um ambiente selvagem e imprevisível, sempre com vistas à sustentabilidade; diferenciando-se do turismo de aventura, pois este último exige condicionamento físico e o desafio em ambiente natural, áreas remotas ou de difícil acesso (PIRES; 2005, p. 487).

Com o objetivo de fomentar um dos segmentos prioritários estabelecidos pelo Plano Municipal de Turismo de Campo Grande (2017), nesta abordagem, o Turismo Ecológico, em novembro de 2018 foi realizado o “Avistar Campo Grande”, um evento de Observação de Aves, visando promover Campo Grande como a Capital de Observação de Aves. Dentre os estudos realizados, foram catalogados 30 (trinta) *hotspots* (pontos notáveis) para Observação de Aves no município de Campo Grande/MS, sendo um deles, a APA do Ceroula, conforme a figura 36:

Figura 36: Mapeamento de locais para Observação de Aves



Fonte: Instituto Mamede, 2018.

O material produzido foi resultado de construção coletiva, estudos e pesquisas científicas, baseado em paisagismo funcional e de oito indicadores para definição dos *hotspots* (áreas importantes) para a observação de aves. A pesquisa foi realizada pela

equipe do Instituto Mamede e o mapa georreferenciado foi elaborado com a equipe do PLANURB de Campo Grande. O trabalho ilustrativo ficou a cargo da equipe da SECTUR, assim como todo o planejamento do roteiro e identificação dos agentes que atuam com Turismo de Observação de Aves na cidade (Instituto Mamede, 2018).

Também é importante registrar que durante as comemorações do aniversário da capital, em agosto de 2018, foram inauguradas duas placas com QR Code, conforme figura 36, que permitem acesso a um guia com aves que podem ser encontradas na região. Nesta mesma ocasião, a SECTUR lançou um guia com a Rota de Observação de Aves na cidade de Campo Grande, divulgando os *hotspots*, onde consta a APA do Ceroula, conforme se documentou:

Figura 37: Campo Grande/MS - Roteiro para observação de aves



Fonte: Imagem coletada pela autora durante o evento Mostra de Turismo 2018

Vale registrar que a APA do Ceroula também está presente no material institucional do município de Campo Grande, lançado pela Sectur, intitulado Rota do Turismo de Aventura.

Além destas modalidades ecoturísticas, consta também grande potencialidade para exploração do Turismo Histórico e Cultural, dada a importância da Usina do Ceroula para a História de Campo Grande.

3.5 Análise SWOT

De acordo com o Sebrae, a análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats*) ou FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) é uma ferramenta importante para analisar a área de estudo e auxiliar na elaboração do planejamento estratégico, pois permite uma visão panorâmica para que sejam elaborados diagnósticos sobre o local em foco. Seu objetivo é detectar pontos fortes e fracos, com a finalidade de proporcionar eficiência e competitividade, possibilitando a correção de deficiências.

O ambiente externo permite a análise de elementos exteriores à área em estudo, como por exemplo: o mercado, a economia, a política, a sociedade em geral e as tendências, permitindo estabelecer cenários e projeções para tomadas de decisões futuras.

A análise do ambiente interno tem como objetivo identificar os pontos fortes e fracos, ou seja, as qualidades ou os pontos a melhorar para que ações sejam implementadas com foco no desenvolvimento do local.

Esta visão panorâmica permite a análise dos aspectos favoráveis e desfavoráveis, os pontos positivos e negativos para o negócio, conforme pode ser observado:

Figura 38: Análise Swot



4 DIRETRIZES PARA O USO TURÍSTICO DO ATRATIVO “CEUZINHO”

As diretrizes figuram como orientações que traçam os rumos para o planejamento da atividade turística e auxiliam na tomada de decisões, despertando à discussão quanto a temas fundamentais para o desenvolvimento de um turismo sustentável e com o mínimo de impactos ambientais negativos.

Boo (2002, p. 35) afirma que as diretrizes para o diagnóstico e planejamento do ecoturismo podem servir como um conjunto de considerações para auxiliar administradores de áreas protegidas a refletirem sobre temas relacionados ao ecoturismo, e o diagnóstico pode ser utilizado como ferramenta para a construção do planejamento. Porém, este modelo não traz instruções como implementar ações, pois apenas oferece orientações para o planejamento turístico

4.1 Inventário da oferta turística APA do Ceroula: a ser realizado pelos órgãos gestores de turismo municipal e estadual

De acordo com o Mtur (INVTUR, 2011), o Inventário da Oferta Turística consiste no levantamento, identificação e registro dos atrativos, serviços e equipamentos turísticos e da infraestrutura de apoio ao turismo como instrumento base de informações para fins de planejamento, gestão e promoção da atividade turística, possibilitando a definição de prioridades para os recursos disponíveis e o incentivo ao turismo sustentável.

Segundo Ferreti (2002, p. 65), o inventário consiste em um registro completo do meio biótico e abiótico, devendo conter o levantamento de todos os recursos existentes e suas características, bem como a situação atual em que se encontram.

De acordo com César (2011, p. 75), o inventário turístico é a ferramenta do processo de planejamento e a primeira parte de um plano turístico, pois reflete as condições do local em seus aspectos físicos, sociais, culturais e econômicos, levantando todos os bens materiais e imateriais, além de outros elementos e delimitando áreas.

É urgente a realização de um Inventário da APA do Ceroula com o objetivo de levantar informações confiáveis e avaliar a atual situação do atrativo para que as

políticas públicas municipais e estaduais sejam implantadas de forma eficiente. Tal banco de dados servirá de suporte para a elaboração do Plano de Manejo e para nortear as diretrizes de utilização desta área, como por exemplo, regras de funcionamento, capacidade de carga, planejamento das atividades desenvolvidas no local, sistema de controle, qualificação, gestão, educação ambiental, dentre outros.

De acordo com o inventário realizado por Assis (2016, p. 54) a região do “Ceuzinho”, apresenta elevado potencial turístico. Mas cabe enfatizar que apesar de este inventário ser realizado há 2 anos, foi constatado que o local sofreu alterações, o que demonstra que o monitoramento da área deve ser periódico.

Diante desta análise geral, o inventário da área oferecerá suporte para estudos posteriores com a finalidade de compor um banco de dados com todas as informações pertinentes à área de estudo que serão parte integrante do Plano de Manejo desta APA. Para isso, faz-se necessário uma ação conjunta multidisciplinar composta por turismólogos, geógrafos, historiadores, biólogos, dentre outras áreas de conhecimento.

Fundamentado nestas informações agrupadas no Inventário, poderá ser elaborado o diagnóstico turístico do local e de seu entorno, com base na análise das informações e dados, pesquisas, conhecimentos e na integração, sendo apontadas as ameaças e impactos que podem ser causados na área, as potencialidades e fragilidades. Tais informações serão a espinha dorsal de todas as ações que envolvam o uso e a exploração do local, como por exemplo, a determinação da capacidade de carga; a implantação de trilhas alternativas para que haja o revezamento da utilização da área; o investimento em infraestrutura mínima, como por exemplo, banheiros, bebedouros, a implantação de *decks* de acesso para evitar o desgaste do solo, entre outros.

4.2 Planejamento e Organização

O Planejamento e Organização integram a etapa preparatória, onde são coletadas as informações pré-existentes, definida a metodologia a ser adotada, constituída a equipe de governança, programado o processo de elaboração do Plano de Manejo, oferecendo suporte para a tomada de decisões, a destinação de uso dos recursos disponíveis e sua conseqüente proteção. “Os componentes da destinação turística só podem ser eficazes se um planejamento e um gerenciamento cuidadoso

oferecem um produto turístico sustentável. “ (COOPER *et al*, 2002; p. 142)

O planejamento turístico é protagonista da promoção do crescimento ordenado e sustentável, integrado às demais atividades e setores da economia local, com especial destaque para a segurança do turista, dos prestadores de serviços e da comunidade local, em todas as suas dimensões (PNT, 2018, p. 65).

Há várias formas, instrumentos, ferramentas digitais e metodologias para se elaborar um planejamento, mas o mais importante é que o processo seja participativo, elaborado de acordo com as particularidades locais e da sustentabilidade. O Ecoturismo desenvolve atividades em ambientes naturais, agregando valor cultural autêntico, comprometendo-se com o manejo e conservação dos recursos naturais, educação ambiental e a participação ativa das comunidades locais (PIRES, 2002, p 159).

O PNT (2018, p. 74) enfatiza a importância de determinar objetivos claros e que a implantação de ações de curto, médio e longo prazo sejam alcançáveis. Porém o que faz um planejamento ter êxito é o compromisso dos atores envolvidos.

De acordo com Koontz e Wehrich (2009, p. 204) a organização envolve uma estrutura formalizada onde há cooperação, porém cada um conhece e desempenha seu papel de forma harmônica.

Atualmente, percebe-se que a área de estudo não foi inventariada e a exploração ocorre de forma desordenada e algumas vezes depredatória, causando impactos graves e algumas vezes irreversíveis. Segundo Ruschmann (2012, p 159), quando um local não desenvolve atividades de forma planejada e segundo os padrões do desenvolvimento sustentável, há o crescimento desordenado que causa impactos negativos, como a descaracterização e a perda da originalidade do ambiente, sendo este o real motivo que atrai turistas para áreas naturais.

4.3 Plano de Manejo

As Unidades de Conservação devem ser gerenciadas por um Plano de Manejo, que deve ser elaborado no prazo de cinco anos a partir da data de sua criação. No caso da APA do Ceroula, a elaboração do Plano de Manejo é de competência da Planurb, pois de acordo com a Lei 5.793 de 3 de janeiro de 2017, este é o órgão gestor da APA do Ceroula.

A Lei nº 9.985, dispõe que o Plano de Manejo ou Plano de Gestão é um

documento técnico, fundamentado nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, estabelecendo o seu zoneamento, as normas que devem presidir o uso da área, a forma como ocorrerá o manejo dos recursos naturais, a implantação das estruturas necessárias para a gestão do local, entre outros.

“... uma das mais imediatas aplicações dos planos de manejo é a ordenação do uso público de modo a conduzir a visitação e as atividades de turismo no sentido de garantir a educação e a interpretação ambientais. Os programas de manejo do uso público, assim, devem promover ações de interpretação ambiental que aumentem a satisfação e a qualidade da experiência dos visitantes, demonstrem possibilidades de novas atitudes e ações para um melhor convívio com a natureza, provoquem a busca por soluções sustentáveis para as necessidades da vida cotidiana e eduquem os cidadãos quanto à sua responsabilidade diante da crise ambiental e para com a área visitada.” (NEIMAN; RABINOVICI, 2010, p. 130)

Bononi (2004, p. 234) afirma que o Plano de Manejo da área permite que o produto turístico seja formatado de acordo com seus parâmetros, portanto, deve levar em consideração o planejamento participativo da comunidade local e do entorno, o inventário turístico, gestão, educação ambiental, proteção, fiscalização, interação socioambiental, entre outros.

Prosseguindo em Bononi (2004, p. 233), afirmando que os principais instrumentos de gestão de Unidades de Conservação, que permitem o alcance de seus objetivos são: a gestão participativa, o Zoneamento Ambiental e o Plano de Manejo. O Zoneamento Ambiental considera questões geomorfológicas, bióticas e socioculturais, e estabelece uma compartimentação de um determinado território em zonas diferenciadas de utilização do solo e dos recursos naturais. É um dos primeiros passos para o estabelecimento do Plano de Manejo e parte integrante deste.

O Plano de manejo promove a integração da Unidade de Conservação à vida econômica e social das comunidades vizinhas. É elaborado, essencialmente, para estabelecer o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da unidade de conservação e o manejo de seus recursos naturais. A sociedade participa desta elaboração, revisão e implementação, por meio do conselho gestor. (MMA, 2011, p. 9)

Segundo o Imasul (2014, p. 63), o zoneamento ambiental permite delimitar um local em várias áreas para proteger áreas mais sensíveis, harmonizando as potencialidades socioeconômicas com a sustentabilidade, considerando a

vulnerabilidade local, as características ambientais, indicando as diretrizes de uso e ocupação do solo e dos recursos naturais, as normas técnicas e legais, a infraestrutura existente e projetada, as condições ambientais e socioeconômicas e culturais, com base em análises de estudos e zoneamentos existentes.

O Zoneamento Ambiental é o instrumento que estabelece a ordenação do território da APA, em áreas com graus diferenciados de proteção, de acordo com a intensidade de ocupação, uso do solo e dos recursos naturais, sobre as quais deve ser aplicado conteúdo normativo específico. Tem como pressuposto um cenário de desenvolvimento futuro, formulado a partir das peculiaridades ambientais da região, em sua interação com processos sociais, culturais, econômicos e políticos, vigentes ou prognosticados para a APA e sua região. (IBAMA, 2001, p.45)

Outra forma importante de controlar o uso e exploração de uma área é por meio do controle da capacidade de carga do local.

Levando-se em consideração que a atividade turística causa impacto ao meio e este impacto está relacionado ao volume de turistas que determinada área pode receber, pois quando é ultrapassado este limite de tolerância, a área será afetada por impactos negativos, como por exemplo: compromete a segurança, dificulta o fluxo de pessoas, compromete a qualidade dos serviços, não satisfaz o anseio de turistas que buscam a sustentabilidade, degrada o meio e compromete a experiência do visitante, afetando o futuro deste destino. (COOPER *et al*; 2001, p. 218)

Segundo Wearing (2001, p. 78), a capacidade de carga consiste nos limites que uma área pode acomodar de forma adequada, garantindo a qualidade do meio ambiente.

Analisando o conceito de Valls (2006, p. 49), o conceito de capacidade de carga está relacionado à quantidade de pessoas que cabem em um lugar sem produzir a diminuição do acervo sustentável.

Segundo Ferreti (2002, p. 70), a capacidade de carga está relacionada à aptidão dos destinos turísticos para absorver visitantes e as consequências da sua presença, de forma que não ocorram alteração dos recursos naturais.

Uma forma de controle da capacidade de carga é implementar excursões guiadas e interpretativas, acompanhada por guia especializado e credenciado junto à instância de governança responsável pela área, proporcionando vivência e integração entre o visitante e o meio, além de promover a educação ambiental.

O conceito de Cooper (2002, p. 144) busca a relação de harmonia entre o turista

e o destino turístico, por meio do gerenciando o recurso para causar o mínimo de impactos negativos. Por meio do planejamento estratégico, devem ser apresentadas metas de curto, médio e longo prazo, adequadas para a etapa, devendo ser revisadas periodicamente para que sejam feitos os ajustes necessários. Também deve ser realizada avaliação de alcance dos objetivos, que devem ser claros, alcançáveis e acompanhados de indicadores de desempenho.

O Plano Nacional de Turismo (2018, p. 89) recomenda que o Plano de Manejo traga diretrizes e indicadores de desempenho para os programas propostos, com o objetivo de medir o desempenho e comparar os resultados alcançados com as metas estabelecidas.

De acordo com Ruschmann (2012, p. 44), os impactos do turismo distribuem-se em nível ambiental, sociocultural e econômico, e cada um deles avaliado como indicadores de características específicas.

4.4 Análise dos impactos

O ambiente é o elemento principal, pois é onde as atividades turísticas são desenvolvidas. Para o desenvolvimento destas atividades há modificação do ambiente para oferecer estrutura adequada, sendo a conservação ambiental condição fundamental para minimizar as consequências que estas interferências podem causar ao meio e modificar suas características naturais. “Os impactos podem ser positivos ou negativos. Não é possível desenvolver o turismo sem que ocorram impactos ambientais, mas é possível, com o planejamento correto, gerenciar o desenvolvimento turístico com o objetivo de minimizar os impactos negativos ao mesmo tempo em que se estimulam os impactos positivos.” (COOPER *et al*, 2001, p. 184).

Conforme a Resolução nº 001, de 23 de janeiro de 1986 do Conama, o impacto ambiental pode ser definido como qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota e as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e a qualidade dos recursos ambientais.

De acordo com Ferretti (2002, p. 55), “é impossível desenvolver alguma atividade no ambiente sem degradá-lo.” Porém, como forma de minimizar este

problema, o “ecoturismo enfoca os aspectos físicos e biológicos do ambiente natural. A conservação e o manejo desses recursos são pré-requisitos necessários para o desenvolvimento do Ecoturismo.” Desta forma o planejamento deve estar limitado às características e elementos que compõem o ambiente, causando o mínimo de impacto possível.

Além do mais, o produto turístico deve ser diversificado, levando-se em consideração a sazonalidade e o período de descanso das áreas para minimizar os impactos ambientais, sempre prezando pela atratividade, qualidade dos serviços, criatividade, capacidade de carga e estrutura adequada.

Quando a atividade se desenvolver sem o planejamento adequado, o resultado traz alguns infortúnios, como por exemplo, o aumento da violência; exploração sexual; degradação ambiental (desmatamento, assoreamento; queimadas, etc.); concentração da renda; perda da identidade local, entre outros. Portanto, para evitar problemas, podem ser adotadas medidas de prevenção e contenção aos problemas existentes ou que possam surgir, buscando o mínimo de geração de resíduos, a diminuição da poluição e contaminação, a redução de consumo de materiais e adoção de materiais sustentáveis.

Para que os impactos sejam minimizados, são pertinentes ações de inclusão da população em todo o processo para que se empodere de sua importância na cadeia turística, pois estas pessoas proporcionam a imersão do turista na cultura local, além de atuar como um auxiliar no monitoramento da área e no processo de educação ambiental.

A programação de Educação Ambiental durante o roteiro interpretativo deve fornecer informações sobre o local, além de proporcionar experiências que tornem o destino não somente interessante, mas que visem mudança de comportamento que desperte à sustentabilidade.

Para a conservação das trilhas é crucial a implantação de sinalização, equipamentos de segurança, controle de erosão, drenagem e demais impactos, sempre com atenção ao tipo de solo, vegetação, dentre outras características. Um dos grandes impactos causados pelas trilhas é a compactação do solo, diminuindo sua capacidade de sustentar a flora (ANDRADE; 2005; p. 131).

As atividades de aventura envolvem riscos, portanto, é pertinente a padronização de procedimentos para que as atividades sejam desenvolvidas de forma segura, garantindo a integridade do visitante. Além da contratação de seguro,

certificação e qualificações que proporcionem segurança, como cursos de primeiros socorros, orientação, sobrevivência na mata, busca e resgate. As autênticas aventuras devem ser cercadas por prudência e não pode ser transformada em sofrimento, desta forma ela diz respeito mais ao estado psicológico do que à própria realidade dos eventos. (ANDRADE, 2002, p. 93)

Para que o desenvolvimento ocorra de forma adequada, podem ser identificados os problemas ambientais, criadas medidas para contenção de impactos e implantadas políticas de desenvolvimento da exploração turística sustentável no local. Um exemplo, é o estabelecimento de regras e critérios para exploração da APA de forma planejada, adotando parâmetros de operação que garantam a segurança de visitantes e a atratividade do meio ambiente. Para isso, sugere-se a adoção de critérios como o cadastramento de empresas qualificadas e especializadas, que possuam certificação ou selo de qualidade.

Para que o Turismo de aventura seja desenvolvido com qualidade e segurança, de forma padronizada e de acordo com os parâmetros da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e do Comitê Brasileiro de Turismo (ABNT/CB054) por meio de certificações. Estas entidades planejam as normas deste setor, juntamente com a Organização Mundial de Turismo (OMT) e com a ISO (*International Organization for Standardizations*), buscando padronizar mundialmente as práticas do Sistema de Gestão de Segurança (SGS). Desta forma, a ABETA (Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura) participa destas comissões e trabalha com a orientação e articulação junto a entidades como o CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, ABNT, ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade), Sociedade Brasileira de Espeleologia, Associação Férias Vivas, Ministério do Turismo e Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia), visando atualizar certificações, como por exemplo a ABNT NBR ISO 21101, que trata do Sistema de Gestão de Segurança (PERSI, p. 31, 2018).

O Mato Grosso do Sul, devido à sua biodiversidade, suas belezas naturais e sua vocação para o Ecoturismo e Turismo de Aventura, Campo Grande foi escolhida para sediar de 7 a 9 de novembro de 2018, o 1º *Adventure Next Latin America*, um evento internacional de Turismo de Aventura e Ecoturismo, com foco na discussão sobre sustentabilidade, certificações e novas tendências do mercado pela busca de um turismo mais responsável, evidenciado que o mercado é exigente e prima por

padrões e normas de segurança.

As áreas naturais dispõem de recursos raros e valiosos, portanto o desenvolvimento da atividade turística deve buscar reduzir seus efeitos negativos durante o consumo de recursos naturais. Neste sentido, podem ser adotadas medidas como a o estudos e monitoramento das atividades e de seus impactos; adaptação do comportamento de turistas aos destinos; adequação e harmonização da infraestrutura ao ambiente natural; operação em pequena escala; desenvolvimento da percepção e interpretação ambiental; formação de consciência ecológica por meio da educação ambiental (PIRES, 2005, p. 485).

De acordo com as palavras de Boo (2002, p. 34), o Ecoturismo gera impactos positivos e negativos. Dentre os impactos negativos podem ser citados: a degradação do ambiente, as injustiças e instabilidades econômicas e as alterações socioculturais. Dentre os impactos positivos, podem ser citados: a geração de receita para as áreas protegidas, criação de empregos para as pessoas que vivem próximas a essas áreas, a promoção da educação e conscientização ambiental.

Segundo Ferreti (2002, p. 50), os impactos positivos da atividade turística podem gerar recursos e ações efetivas para a proteção dos recursos naturais. Já os impactos negativos ocorrerão no ambiente natural, seja, na formação geológica, na vegetação, na água, no ar, na vida selvagem, entre outros, causando muitas vezes alteração da autenticidade e originalidade espacial e arquitetônica.

Para que o “Ceuzinho” seja transformado em destino turístico, há um longo caminho a ser percorrido, pois de acordo com as palavras de COOPER *et al* (2002; p. 136) um destino deve dispor de instalações e serviços projetados para atender às necessidades dos visitantes, como por exemplo, infraestrutura, serviços de transporte, profissionais qualificados, enfim, ofertar toda estrutura conveniente para atender às demandas de turistas.

No quadro que segue, com base em todas as informações tecidas anteriormente, pode-se ter uma visão panorâmica a respeito dos impactos que as atividades realizadas no meio natural podem causar ao ambiente:

Quadro 1: Análise de impactos positivos e negativos

IMPACTOS POSITIVOS	IMPACTOS NEGATIVOS
Conservação e preservação da área	Poluição sonora, do ar e da água; resíduos; incêndios; vandalismo; desmatamento; dentre outros;
Fomento da economia local, gerando renda e emprego; investimentos;	Erosão; assoreamento; compactação do solo, dentre outros;
Educação ambiental e incentivo à sustentabilidade;	Deterioração física do meio, principalmente da vegetação;
Inclusão da comunidade local;	Migração e atropelamento de espécies;
Planejamento;	Interferência na paisagem original;
Infraestrutura;	Perda da biodiversidade

Fonte: OSHIRO, 2018.

4.5 Monitoramento, controle e avaliação periódica

O Monitoramento é definido como um sistema contínuo de observação, medição e avaliações para um fim definido. Consiste na coleta de dados e na sua avaliação, tendo como objetivos: determinar a eficácia das medidas de proteção, desenvolver a capacidade de prever impactos ambientais, por meio da verificação da relação entre os impactos previstos e os reais, para subsidiar futuros projetos semelhantes e melhorar a gestão de projetos e programas conexos, a fim de proteger o meio ambiente. (RIBEIRO, 2004, p. 780)

Segundo Cooper (2002, p. 247), o monitoramento detecta desvios que possam ocorrer e que tenham probabilidade de acontecer, para que qualquer mudança relevante seja detectada e analisada para posterior reavaliação

A atividade ecoturística, quando bem planejada e organizada traz divisas para o destino, fomentando a economia, gerando emprego e renda; valorizando a cultura e história local; aumento das receitas públicas; formalização dos empreendimentos; fortalecimento institucional; atraindo investimentos, infraestrutura, segurança, tecnologia e pesquisas. Contudo, para que o sistema funcione satisfatoriamente, deve ser criado um ambiente eficaz de cooperação e transparência, equilibrando a exploração econômica com a sustentabilidade local, tudo isso aliado ao

monitoramento e fiscalização de todas as atividades realizadas.

Segundo Bononi (2004, p. 216), o controle ambiental de áreas verdes e biodiversidade é uma obrigação legal dos municípios, estados e da União e, um dos instrumentos básicos para o controle, é a fiscalização. Para tanto, a legislação dá suporte à fiscalização, devendo ser eficaz e sujeitando o infrator às medidas punitivas, desde multas, penas alternativas, medidas compensatórias e prisão.

Portanto, além da efetividade de todas as diretrizes acima, as normas existentes devem ser efetivas e operantes, além de incentivar a elaboração de normas, legislações, programas, projetos, ações e políticas voltadas às questões ambientais e turísticas. Um instrumento de controle muito importante em nosso ordenamento legal é o processo de licenciamento ambiental que deve observar as exigências legais e ambientais para utilização da área; analisar as medidas compensadoras de impactos; observar como serão realizados o monitoramento e o controle ambiental; analisar as ações de recuperação de áreas degradadas e conservação de recursos naturais que compõem a base para o turismo (PDITS, 2012).

A Avaliação de Impactos Ambientais (AIA), o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) são regulados pela resolução do Conama n. 001/1986, e são os órgãos ambientais que determinam sua necessidade, a depender do potencial poluidor, do porte empresa e da atividade a ser executada, além de ações de recuperação de áreas degradadas e conservação de recursos naturais de base para o turismo.

O EIA/Rima permite o conhecimento da área, além de apresentarem medidas mitigadoras do impacto e compensação ambiental por danos, constituindo uma importante fonte de recurso para proteção, manejo ou recuperação de áreas degradadas. (Bononi, 2004, p. 236)

A lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, em seu art. 2º determina que a Política Nacional do Meio Ambiente objetiva a preservação, melhoria e recuperação do ambiental, visando assegurar o desenvolvimento socioeconômico, a segurança nacional e a proteção da dignidade da vida humana, atendendo a princípios como: manutenção do equilíbrio ecológico; racionalização do uso dos recursos naturais; planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais; proteção dos ecossistemas; controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras; incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais; acompanhamento do estado da

qualidade ambiental; recuperação de áreas degradadas; proteção de áreas ameaçadas de degradação; educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

Além das diretrizes citadas acima, faz-se necessário realizar melhorias e alterações nos marcos jurídicos relacionados ao setor, de modo facilitar o ambiente de negócios, estimulando o empreendedorismo e o investimento, além da boa governança, criação de marcos legais e a adoção de estratégias e planos de ação que considerem a promoção do turismo sustentável, que gera empregos e promova a cultura e os produtos locais. (COOPER et al, 2001, p. 184).

Em algumas UCs, o controle da visitação pode ser realizado por meio da arrecadação implantada na área por meio de uma Taxa de Visitação cobrada de cada visitante por meio de operadoras turísticas. Tal valor tem como destinação a manutenção da área, a implementação do atrativo, recuperação de áreas degradadas, segurança, monitoramento e controle, além de reduzir os custos administrativos (LINDBERG; HAWKINS, 2002, p. 174).

De acordo com Koontz e Weihrich (2009, p. 528) a função do controle consiste na medição do desempenho e correção de desvios para garantir que os objetivos da empresa e os planos elaborados sejam atingidos.

Nas palavras de Wearing e Neil (2001, p. 92), os ecoturistas preferem vivenciar as áreas naturais em bom estado de conservação, por este motivo, alguns países cobram uma taxa de acesso a áreas naturais, valor esse que é aplicado para custear a manutenção do local. Portanto a utilização deste espaço deve ser acompanhada da proteção da diversidade genética e biológica, além de ser monitorada por dados que avaliem as consequências desta exploração.

Além dos desafios relacionados à administração e manutenção financeira, deve-se prezar por transparência tanto na arrecadação, administração e aplicação de recursos. Também é necessário investir em pessoal capacitado para a gestão e operacionalização deste sistema. Para isso são necessárias diretrizes para o planejamento ecoturístico, avaliando a situação atual e a fragilidade da área; estabelecendo as atividades que podem ser desenvolvidas; a metodologia mais adequada, sempre acompanhada de avaliação da eficácia das ações (BOO, 2002; p. 34).

É de extrema importância a aplicação de avaliações periódicas para mensurar

a satisfação do visitante e o desempenho do plano de ações, gerando assim, um banco de dados e indicadores que alimentam as estatísticas a respeito do local.

Koontz e Weihrich (2009, p. 342) afirmam que a avaliação deve medir o desempenho para alcançar metas e planos por meio do estabelecimento de objetivos atingíveis.

A equipe técnica responsável pela área deve ser qualificada e multidisciplinar, realizando a gestão de todo o processo com suporte de tecnologia da informação e desburocratização dos procedimentos. Pois todo este sistema deve estar organizado para funcionar de forma integrada, permitindo, por exemplo, controlar todo o fluxo de pessoas dentro da área, monitorar os indicadores de desenvolvimento sustentável, formar base de dados para estudos e pesquisas, além do monitoramento constante dos impactos ambientais.

De acordo com o IBAMA (2001, p. 46) o monitoramento e a avaliação asseguram, a interação entre o planejamento e a execução, possibilitando corrigir desvios e retroalimentar permanentemente todo o processo de planejamento, por meio da experiência vivenciada com a execução do plano. A monitoria diferencia-se qualitativamente de um simples acompanhamento, pois além de documentar sistematicamente o processo de implantação do Plano, avalia desvios na execução das atividades propostas, antecipando e prognosticando as possibilidades de alcance dos objetivos e recomendando as ações corretivas para ajuste ou replanejamento.

Estas são apenas algumas diretrizes que podem nortear a utilização sustentável do atrativo “Ceuzinho”. Porém, convém enfatizar que o Plano de Manejo deve ser monitorado e, revisado, periodicamente, para que sejam reavaliadas as ações e, adotadas medidas corretivas ou demais implementações necessárias. Para isso, é necessário que sejam firmadas parcerias e integração multidisciplinar entre órgãos públicos, principalmente entre os órgãos responsáveis pelo Meio Ambiente, Segurança Pública, Esportes, Cultura e Turismo, para que sejam estabelecidas políticas públicas adequadas e eficientes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que o estudo no “Ceuzinho” tenha sido importante no sentido de oferecer a oportunidade de conhecer com mais particularidades o turismo no espaço ambiental, de forma específica, nas Unidades de Conservação que apresentam potencial uso de seus territórios para o desenvolvimento de atividades turísticas. Neste caso, de forma particular, na Área de Proteção Ambiental – APA do Ceroula.

Foi possível constatar, por meio da pesquisa realizada, que a APA do Ceroula localizada no município de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul dispõe de grande número de atrativos capazes de motivar demandas expressivas para o turismo tanto do espaço ambiental, quanto lazer e recreação, Ecoturismo, Turismo de Aventura e Cultural.

Todavia, este produto deve ser preparado com cuidados específicos para ser oferecido ao mercado turístico local e mesmo ao mercado regional e nacional. Há de se observarem os critérios em relação ao uso de Unidades de Conservação para o turismo, o que será determinante para se realizar o diagnóstico e o prognóstico da área em estudo em relação ao seu potencial.

Entende-se que os órgãos gestores estaduais e municipais do turismo devem estar sempre muito atentos quanto ao desenvolvimento de atividades turísticas em áreas protegidas ambientalmente, podendo, desta forma, cumprir com as normas ambientais que garantem a existência sustentável dos nossos biomas e *habitats* naturais, que em Mato Grosso do Sul ganham notável particularidade, projetando o nosso estado entre os maiores destinos ecoturísticos internacionais.

Percebe-se que a preocupação com o desenvolvimento sustentável é de abrangência universal, tal afirmação pode ser comprovada pelo fato de instâncias de governança global estarem engajadas na defesa da natureza e conservação do patrimônio. Portanto, é necessário manter a autenticidade do local para atender à expectativa daqueles que o buscam por suas características naturais.

O ideal é que os atrativos turísticos sejam desenvolvidos de forma planejada e monitorada, porém no local em estudo, a exploração acontece de forma desordenada e sem controle de visitação. Considera-se que tal postura possa trazer inúmeros impactos negativos e várias fragilidades ao ecossistema, sendo necessárias

providências urgentes no sentido de controlar este fluxo e minimizar os impactos negativos causados.

O Turismo deve ser desenvolvido com sustentabilidade, protegendo as características originais do local, para que o produto turístico continue atrativo para gerações futuras, garantindo a sua utilização por longo período, equilibrando de forma ética os fatores econômicos, sociais e ambientais.

Neste sentido, o Ecoturismo é um segmento turístico consolidado, que conquista adeptos em diversas partes do mundo, promovendo, concomitantemente, a consciência ambiental e o despertar à sustentabilidade, portanto, é uma excelente alternativa de aproveitamento do potencial turístico da área em estudo e de tantas outras existentes no estado de MS.

Para tanto, o estado de Mato Grosso do Sul deve estimular uma política para o turismo ambiental por parte de seus municípios. Cada municipalidade sul-matogrossense detém em seus territórios, potenciais geomorfológicos, hídricos, recursos florísticos, faunísticos e paisagísticos, que contribuem de forma expressiva para as diferentes modalidades do turismo praticado no mundo moderno.

Durante o desenvolvimento deste estudo foram encontradas dificuldades em encontrar dados atualizados sobre a área de estudo, bem como não houve devolutiva da proprietária da área para o aprofundamento e levantamento de maiores informações.

Por consequência, considerou-se esta pesquisa de grande relevância, vez que irá contribuir para respaldar novas investigações quanto ao uso de territórios protegidos sob leis vigentes no estado, especialmente, na APA do Ceroula, que se mostra carente de novos estudos e pesquisas para que os seus potenciais ambientais e turísticos possam ser dimensionados na totalidade de sua grandeza.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Waldir Joel de. **Manejo de trilhas para o Ecoturismo**. *In: Ecoturismo no Brasil*. Barueri, SP: Manole, 2005. (P. 131-152)

ANDRADE. José Vicente de. **Fundamentos e dimensões do turismo**. São Paulo: Ática, 2002.

ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. **Turismo e Segmentação de Mercado: Novos Segmentos**. *In: Análises regionais e globais do turismo brasileiro*. São Paulo: Roca, 2005. (P. 285-289)

ASSIS, Amanda Maciel. **Estudo de caso: o potencial turístico do “Ceuzinho” em Campo Grande, Mato Grosso do Sul**. Monografia apresentado ao Curso de Turismo - Ênfase em Empreendedorismo e Políticas Públicas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2016.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do Turismo**. 13 ed. São Paulo: SENAC, 2008.

BONONI, Vera Lúcia Ramos. **Controle Ambiental de Áreas Verdes**. *In: Curso de Gestão Ambiental*. Barueri/SP: Manole, 2004. P. 213 – 255.

BOO, Elizabeth. **O planejamento ecoturístico para áreas protegidas**. *In: Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. 4 ed. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

_____. BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama. Resolução nº 010 de 14 de dezembro de 1988. **Regulamentação das Áreas de Proteção Ambiental – APA**. Publicado no D.O.U de 11/08/89, Seção II, Pág. 13.660

_____. BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama. Resolução nº 428/2010. **Licenciamento ambiental: autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC) e a ciência do órgão responsável pela administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA-RIMA**. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama>.

_____. BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama. Resolução nº 001, de 23 de janeiro de 1986. **Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente**. Publicado no D.O.U de 17 /2/86. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama>.

_____. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 12 de março de 2017.

_____. BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável - IDS**. IBGE: Edição 2017.

_____. BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. **Roteiro metodológico para a gestão de área de proteção ambiental – APA**. Brasília: Ed. IBAMA, 2001.

_____. BRASIL. Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. **Política Nacional de Turismo**, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm.

_____. BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Política Nacional do Meio Ambiente**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm

_____. BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm.

_____. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/o-que-sao.html>. Acesso em novembro de 2018.

_____. BRASIL. Ministério do Turismo - MTur. **Inventário da Oferta Turística - InvTur**. Brasília, 2011.

_____. BRASIL. Ministério do Turismo - MTur. **Plano Nacional de Turismo 2018-2022**. Brasília, 2018.

_____. BRASIL. Ministério do Turismo. **Brasil ganha Programa de Qualificação no Turismo**. <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/11053-brasil-ganha-pol%C3%ADtica-nacional-de-qualifica%C3%A7%C3%A3o-no-turismo.html>. Publicado: Terça, 27 de março de 2018, 16h22. Acesso em 28/10/2018.

CAMPO GRANDE. **Agenda 21 Campo Grande Nosso Lugar**: diretrizes para um desenvolvimento sustentável. Campo Grande: Planurb, 2004.

_____. CAMPO GRANDE. Lei Municipal nº 5.793, de 03 de janeiro de 2017. **A organização administrativa, do poder executivo do município de Campo Grande**. Diário Oficial, Campo Grande, MS, 04 de janeiro de 2017.

_____. CAMPO GRANDE. Prefeitura Municipal de Campo Grande/MS Decreto nº. 13.522, de 18 de maio de 2018. **Cria o Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Córrego Ceroula – APA do Ceroula, localizada no município de Campo Grande – MS**. Diário Oficial, Campo Grande, MS, 21 de maio de 2018.

_____. CAMPO GRANDE. Prefeitura Municipal de Campo Grande/MS. Decreto n. 1.861, de 1º de agosto de 2018. **A nomeação do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Córrego Ceroula - APA Ceroula, para o biênio 2018 – 2019**. Diário Oficial, Campo Grande, MS, 2 de agosto de 2018.

_____. CAMPO GRANDE. Prefeitura Municipal de Campo Grande/MS. Decreto n. 8.365, de 26 de dezembro de 2001. **Cria o Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Córrego Ceroula – APA do Ceroula, localizada no município de Campo Grande/MS**. Diário Oficial de Campo Grande, 27 de dezembro de 2001.

_____. CAMPO GRANDE. Prefeitura Municipal de Campo Grande/MS. Decreto nº 8.264, de 27 de julho de 2001. **Cria a Área de Proteção Ambiental da Bacia do Córrego Ceroula – APA do Ceroula – localizada no município de Campo Grande-MS**, e dá outras providências. Diário Oficial, Campo Grande, MS, 30 de julho de 2001.

_____. CAMPO GRANDE. Prefeitura Municipal de Campo Grande/MS. **Plano Municipal de Turismo de Campo Grande/MS**. Campo Grande: SECTUR, 2017.

CÉSAR, Pedro Alcântara Bittencourt. **Turismo e desenvolvimento sustentável: análise dos modelos de planejamento turístico**. Caxias do Sul/RS: Educs, 2011.

COOPER, Chris. **Turismo, princípios e prática**. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

DE ANDRADE, Waldir Joel. **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável**. Brasília: WWF Brasil, 2003. P. 247 – 259.

FERRETTI, Eliane Regina. **Turismo e meio ambiente**. São Paulo: Roca, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios**. São Paulo: Loyola, 2003.

KOONTZ, Harols; WEIHRICH, Heinz; CANNICE, Mark. **Administração: uma perspectiva global e empresarial**. São Paulo: McGraw-Hill, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LINDBERG, Kreg; HAWKINS, Donald E. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. 4 ed. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

MACHADO, Kerman José. **Campo Grande 100 Anos de Construção**. Campo Grande: Matriz, 1999.

MAMEDE, Simone. Instituto Mamede – Pesquisa ambiental e ecoturismo. **Pesquisa sobre aves e paisagismo funcional contribuindo em políticas públicas para Turismo sustentável**. Disponível em: <http://institutomamede.blogspot.com/2018/08/pesquisa-sobre-aves-e-paisagismo.html>. Acesso em 03 de setembro.

MATO GROSSO DO SUL, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da produção, da indústria, do comércio e do turismo – SEPROTUR. **Plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável – PDITS/Polo Campo Grande e Região**. Campo Grande, 2012.

_____. MATO GROSSO DO SUL, Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar - SEMAGRO. **Plano de Marketing de Campo Grande e Região Caminho dos Ipês: Produto 2**. Campo Grande/MS: 2018. Disponível em: <http://www.semagro.ms.gov.br/wp->

content/uploads/sites/157/2017/06/PL_MKT_CG_P2_versao_3-a-2.pdf.

_____. MATO GROSSO DO SUL. Conselho Estadual de Controle Ambiental – CECA. Deliberação CECA/MS nº003, de 20 de junho de 1997. **A preservação e utilização das águas das bacias hidrográficas do Estado de Mato Grosso do Sul.**

_____. MATO GROSSO DO SUL. Fundação de Turismo de MS. Lei nº 5.224, de 9 de julho DE 2018. **Sistema Estadual de Turismo do Estado do Mato Grosso do Sul, a Política Pública Estadual para o Turismo e o Plano Estadual de Turismo.** Diário Oficial de MS, 10 de julho de 2018.

_____. MATO GROSSO DO SUL. **Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - IMASUL.** Disponível em: <http://www.imasul.ms.gov.br>. Acesso em 31/03/2018.

_____. MATO GROSSO DO SUL. Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - IMASUL. **Gestão ambiental de Mato Grosso do Sul: Conceitos e Prática.** Dourados/MS: UEMS, 2014.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MENDONÇA, Rita, NEIMAN, Zysman. **Ecoturismo no Brasil.** Barueri, SP: Manole, 2005.

NEIMAN, Zysman; RABINOVICI, Andréa. **O Turismo e meio ambiente no Brasil.** Barueri/SP: Manole, 2010.

OLIVEIRA, Fábio Raimo. **Ecoturismo e turismo de aventura: organização e perspectivas.** In Ecoturismo no Brasil. Barueri, SP: Manole, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL - ONU. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015.**

PANOSSO NETTO, Alexandre; ANSARAH, Maria Gomes dos Reis. **Segmentação do mercado turístico: estudos, produtos e perspectivas.** Barueri, SP: Manole, 2009.

PERSI, Leonardo. **Normalização e Certificação.** Abeta *Summit*. Congresso Brasileiro de Ecoturismo e Turismo de Aventura. Edição 2. Ano2. Agosto, 2018.

PIRAJÁ, Rennan Vilhena; SILVA, Mauro Henrique Soares da. **Vulnerabilidade natural da Área de Proteção Ambiental do Córrego Ceroula, Campo Grande, Mato Grosso do Sul.** Anais 5º Simpósio de Geotecnologias no Pantanal. Campo Grande, 2014. Embrapa Informática Agropecuária/INPE, p.100 -109

PIRES, Paulo dos Santos. **Dimensão do Ecoturismo.** São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2002.

_____. PIRES, Paulo dos Santos. **Entendendo o Ecoturismo.** In: Análises regionais e globais do turismo brasileiro. São Paulo: Roca, 2005. (P. 483-494)

RAMOS, Marcelo Valente. **Aventura e Turismo de Aventura: Faces Mutantes.** In:

Turismo e Segmentação de Mercado: Novos Segmentos. In: Análises regionais e globais do turismo brasileiro. São Paulo: Roca, 2005. (469-479)

RIBEIRO, Helena. **Estudo de Impacto Ambiental como Instrumento de Planejamento**. In: Curso de Gestão Ambiental. Barueri/SP: Manole, 2004. P. 759 – 790.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente**. 16 ed. Campinas/SP: Papirus, 2012.

SEBRAE. **Planejamento Estratégico**. Disponível em:

<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Anexos/Planejamento%20estrat%C3%A9gico%20-%20An%C3%A1lise%20FOFA.pdf>. Acesso em 03/03/2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SWARBROOKE, John *et al.* **Turismo de aventura: conceitos e estudo de caso**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2.003.

Trilha Extrema. Imagem. Disponível em: <https://trilhaextrema.com.br/>.

TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros; MARTINS JR, Carlos. **O progresso chega ao sertão: transformações urbanas em Campo Grande no início do século XX**. Revista de História Regional 13(2): 246-262, Inverno, 2008.

VALLS, Josep Francesc. **Gestão integral dos destinos turísticos sustentáveis**. Rio de Janeiro: FGV, 2.006.

WEARING, Stephen; NEIL, John. **Ecoturismo: Impactos, Potencialidades e Possibilidades**. Barueri/SP: Manole, 2001.
World Travel & Tourism Council – WTTC. **Travel & Tourism Economic Impact 2018**. March 2018.

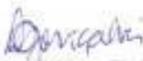
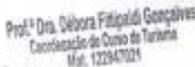
YONAMINE, Sérgio Seiko. **Campo Grande, o território que queremos: Proteção para o patrimônio natural**. Arca – Revista de divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande/MS. N°14 – 2009. (P. 49-59)

ANEXOS

Anexo 1: Ofício encaminhado ao Conselho Gestor da APA do Ceroula

Anexo 2: Ofício encaminhado ao Imasul.

ANEXO I: OFÍCIO ENCAMINHADO AO CONSELHO GESTOR DA APA DO CEROULA

	<p>UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE Curso de Turismo – Ênfase em Empreendedorismo e Políticas Públicas</p>	
<p>Ofício nº 029/2018 – COORDTURISMO/UUCG/UEMS</p>		
<p>Campo Grande - MS, 28 de agosto de 2018.</p>		
<p>A Ilma. Sra. Berenice Maria Jacob Domingues Diretora-Presidente Instituto Municipal de Planejamento Urbano Rua Hélio de Castro Maia, 279, Jardim Paulista CEP 79050-030, Campo Grande - MS</p>		
<p>Assunto: Solicitação</p>		
<p>Prezada senhora.</p>		
<p>O curso de Turismo - Ênfase em Empreendedorismo e Políticas Públicas (Bacharelado) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universidade de Campo Grande, prioriza formar profissionais em turismo devidamente capacitados para atuar na área empreendedora do turismo, podendo gerenciar interesses de negócios e empreendimentos turísticos, bem como estar qualificado para elaborar projetos de ação empreendedora nos órgãos oficiais gestores de turismo e em empresas turísticas do setor privado e público.</p>		
<p>Permeando essa missão, solicitamos autorização para acadêmica da 4ª série do curso, LUCILENE MISAE OLIVEIRA OSHIRO, regularmente matriculada sob o RGM: 32967, desenvolver pesquisa voltada à Área de Proteção Ambiental da Bacia do Córrego Ceroula em Campo Grande - MS, tendo acesso a documentos, materiais, reuniões do Conselho Gestor, bem como entrevistas com os membros. Esse levantamento de dados contribuirá na confecção do Trabalho de Conclusão de Curso, sendo este um dos requisitos exigidos para colação de grau e obtenção do título de Bacharel em Turismo. A orientação do TCC é fornecida pela Prof.ª Ma. Alaide Brum de Mattos (98164-1700).</p>		
<p>Desde já, antecipamos agradecimento pela oportunidade fornecida e colocamos à disposição através do contato: turismo.cg@uems.br/ 3901-4616 - Coordenação do curso de Turismo. Expressamos elevada estima e apreço.</p>		
<p>Atenciosamente,</p>		
<div style="display: flex; justify-content: space-between; align-items: center;"> <div style="text-align: center;">  <p>Prof.ª Dra. Débora Fittipaldi Gonçalves Coordenadora do Curso de Turismo UEMS - Unidade Universitária de Campo Grande</p> </div> <div style="text-align: center;">  <p>Prof.ª Dra. Débora Fittipaldi Gonçalves Coordenação de Curso de Turismo Mat. 122947021</p> </div> </div>		
<p><small>Programa de Graduação – Curso de bacharelado em Turismo – Ênfase em Empreendedorismo e Políticas Públicas. UEMS/UUCG – Bloco B, Avenida Dom Antônio Barbosa nº 4155, Bairro Santo Amaro, CEP 79.115-898. Campo Grande – MS. Fone: 3901-4616. Home Page: http://www.uems.br/graduacao/curso/turismo-bacharelado-campo-grande</small></p>		

ANEXO II: OFÍCIO ENCAMINHADO AO IMASUL.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE
 Curso de Turismo – Ênfase em Empreendedorismo e Políticas Públicas



Ofício nº 050/2018 – COORDTURISMO/UUCG/UEMS

Campo Grande - MS, 17 de setembro de 2018.

Ao Sr.
Leonardo Tostes Palma
 Gerente da GUC
 Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - IMASUL
 Rua Des. Leão Neto do Carmo, s/n
 Campo Grande (MS) - CEP 79037-100

Assunto: Solicitação

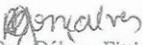
Prezado senhor,

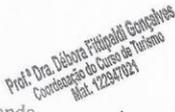
O curso de Turismo - Ênfase em Empreendedorismo e Políticas Públicas (Bacharelado) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universidade de Campo Grande, prioriza formar profissionais em turismo devidamente capacitados para atuar na área empreendedora do turismo, podendo gerenciar interesses de negócios e empreendimentos turísticos, bem como estar qualificado para elaborar projetos de ação empreendedora nos órgãos oficiais gestores de turismo e em empresas turísticas do setor privado e público.

Permeando essa missão, solicitamos autorização para acadêmica da 4ª série do curso, **LUCILENE MISAE OLIVEIRA OSHIRO**, regularmente matriculada sob o **RGM: 32967**, desenvolver pesquisa voltada à Área de Proteção Ambiental da Bacia do Córrego Ceroula em Campo Grande - MS, tendo acesso ao processo 23/303515/2002 ICMS ecológico – APA Ceroula. Esse levantamento de dados contribuirá na confecção do Trabalho de Conclusão de Curso, sendo este um dos requisitos exigidos para colação de grau e obtenção do título de Bacharel em Turismo. A orientação do TCC é fornecida pela Prof.ª Ma. Alaíde Brum de Mattos (98164-1700).

Desde já, antecipamos agradecimento pela oportunidade fornecida e colocamo-nos à disposição através do contato: turismo.cg@uems.br/ 3901-4616 - Coordenação do curso de Turismo. Expressamos elevada estima e apreço.

Atenciosamente,


 Prof.ª Dra. Débora Fittipaldi Gonçalves
 Coordenadora do Curso de Turismo
 UEMS - Unidade Universitária de Campo Grande



Programa de Graduação – Curso de bacharelado em Turismo – Ênfase em Empreendedorismo e Políticas Públicas.
 UEMS/UUCG – Bloco B, Avenida Dom Antônio Barbosa nº 4155, Bairro Santo Amaro, CEP 79.115-898. Campo Grande – MS. Fone: 3901-4616. Home Page: <http://www.uems.br/graduacao/curso/turismo-bacharelado-campo-grande>